



Caderno de Oficinas

Presidência da República
Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Secretaria de Educação Básica
Diretoria de Fortalecimento Institucional e Gestão Educacional
Coordenação-Geral de Sistemas

GOVERNO FEDERAL

Equipe de Elaboração
Laboratório de Novas Tecnologias – Lantec/CED/UFSC
Coordenação do Projeto: Roseli Zen Cerny
Comitê Gestor: Andrea Lapa, Jane Bittencourt, Roseli Zen Cerny, Wilson Schmidt

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SANTA CATARINA

Concepção e Projeto: Arlindo Cavalcanti Queiroz, Leda Maria Gomes
Programação Visual e Projeto Gráfico: Steven Nicolas Franz Peña, Camila Piña Jafelice
Adaptação do Projeto Gráfico: Laura Martins Rodrigues, Thiago Rocha Oliveira

Conteúdo: Jane Bittencourt
Design Instrucional: Jéssica Schiller
Revisão Gramatical: Juliana Steil
Diagramação: Laura Martins Rodrigues
Ilustrações e Infográficos: Thiago Rocha Oliveira
Supervisão de Produção: Isabella Benfica Barbosa

• Em plenária

Discussão o sobre as diferentes formas de avaliar a realidade.
Leitura coletiva do texto “”, de Leonardo Boff.

Todo ponto de vista é a
vista de um ponto

Leonardo Boff

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber

como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender, é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que

esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é um co-autor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita.

In: *A Águia e a Galinha* – Uma Metáfora da Condição Humana.

• Exercício Individual

1. Como você, dirigente municipal, interpreta os números / dados do seu município?
2. Escolha um dado que retrate a realidade do seu município e desenvolva uma interpretação sobre ele, planejando o que você fez ou faria – em termos de atitudes e ações – em relação a este dado.

Quadro 3.2.5 - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental, segundo a Região Geográfica – 2004 e 2005

	2004			2005		
	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
BRASIL	78,7	13,0	8,3	79,5	13,0	7,5
NORTE	71,5	16,2	12,3	73,1	15,8	11,1
NORDESTE	69,7	16,7	13,6	71,4	16,3	12,3
SUDESTE	87,1	8,9	4,0	87,2	9,2	3,6
SUL	83,9	13,2	2,9	83,4	13,9	2,7
CENTRO-OESTE	77,9	13,2	9,9	79,7	11,9	8,4

Cabe destacar que o alto índice de aprovação observado na região sudeste (87,2%) se deve especialmente ao estado de São Paulo, que alcançou, em 2005, a taxa de 92,2%. Por outro lado, no nordeste, os baixos índices de rendimento observados nos estados de Alagoas (66% de aprovação) e Bahia (66,2%) contribuíram para reduzir a média regional registrada em torno de 71,4%.

Fonte: MEC / Inep, Censo Escolar 2006.

Dos 57 países que participaram do Exame do PISA / 2006, que avaliou o desempenho dos alunos na área de Ciências, o Brasil ficou em 52º lugar.

Fonte: MEC / Inep.

- Em duplas, reflita e registre algumas idéias:
- Quais são as possíveis formas de interpretação desses dados, sob diferentes perspectivas e sob a ótica de diversos segmentos sociais?
 - Que atitudes ou ações esses dados provocam?
 - Qual a atitude ou ação esperada de um dirigente municipal da educação?

7	APRESENTAÇÃO
8	OFICINA 1 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
9	1.1 O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do Curso
11	1.2 Introdução à Rede de Conselheiros Municipais de Educação
13	OFICINA 2
14	Oficina Introdutória
16	2.1 O Município na Organização da Educação Nacional
22	2.2 Papel e Atuação dos Conselhos Municipais de Educação
49	OFICINA 3
50	Oficina Introdutória
52	3.1 O papel do Conselho Municipal de Educação na elaboração de políticas educacionais para o município – o Plano Municipal de Educação (PME)
68	3.2 O Financiamento da Educação no Município
86	3.3 Analisando e Interpretando Dados de uma Realidade Educacional

Mundial, 2002). Contudo, o acesso à educação infantil ainda está aquém das metas do PNE e da necessidade do país.

Atualmente, 15,5% das crianças (1,7 milhão) de até 3 anos frequentam creches, sendo que, na Região Norte, este número cai para apenas 8% – são mais de 2 milhões de crianças que não frequentam creches na Região Norte. Os números de frequência à pré-escola são relativamente melhores, mas ainda demandam avanços.

Em todo o Brasil, 76% das meninas e meninos (7 milhões) entre 4 e 6 anos estão matriculados na educação infantil. Por outro lado, ainda há muito que se avançar para incluir os 9,5 milhões de crianças de até 3 anos que não frequentam creches, e os 2,2 milhões entre 4 e 6 anos que não estão na pré-escola, pelo menos nos percentuais estabelecidos pelo PNE.

Soma-se ainda à questão uma perspectiva racial que expõe a face discriminatória a qual as crianças estão expostas. Do total de crianças entre 4 e 6 anos fora da escola, 58% são negras, o que corresponde a mais de 1,3 milhão de crianças.

Quadro 3.2.4 - Crianças de até 6 anos de idade na creche ou pré-escola nas grandes regiões brasileiras

REGIÃO	% DE CRIANÇAS EM CRECHE OU PRÉ-ESCOLA	
	0 A 3 ANOS	4 A 6 ANOS
BRASIL	15,5	76
NORTE	8	64,2
NORDESTE	13,3	80,4
SUDESTE	19,2	80,9
SUL	18,3	66,4
CENTRO-OESTE	11,5	67

Fonte: IBGE/Pnad 2006.

Fonte: Relatório do Unicef: Situação Mundial da Infância 2008 – Caderno Brasil.

3.3 Analisando e Interpretando Dados de uma Realidade Educacional

Atividade retirada do Caderno de Oficinas do PRADIME.

Carga Horária

1 hora

Objetivo

Desenvolver a capacidade de ler, interpretar e posicionar-se diante de dados da realidade educacional brasileira.

O que mata um jardim não é o abandono.
O que mata um jardim é esse olhar vazio
de quem por ele passa indiferente.
Mário Quintana

Desenvolvimento

Faça a leitura dos dados a seguir, e responda as questões propostas:

Além de ser um direito fundamental, a educação infantil amplia e ajuda a garantir os demais direitos humanos e sociais. A partir desse entendimento, o Brasil vem adotando uma série de medidas que buscam garantir o acesso à creche e à pré-escola de qualidade. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, determina que, em 2011, 50% das crianças de até 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos estejam matriculadas em instituições de educação infantil. Além disso, o PNE pretende assegurar que, até o mesmo ano, 70% dos professores deste nível de ensino tenham formação superior. O acesso à educação infantil traz benefícios claros para a família como um todo. Uma avaliação de creches gratuitas em comunidades populares do Rio de Janeiro aponta que as mulheres pobres que tinham filhos pequenos matriculados em creches e pré-escolas aumentaram sua renda em até 20% (Banco

Apresentação

Este Caderno de Oficinas contém propostas de oficinas a serem realizadas presencialmente com os conselheiros integrantes deste curso de formação continuada. Com esta proposta, buscamos oportunizar aos cursistas momentos de aprofundamento em relação às temáticas relevantes para a atuação dos conselheiros, e também de troca de experiências entre os conselheiros ou futuros conselheiros, de modo que possam socializar suas experiências, sobretudo os avanços e desafios enfrentados em sua atuação nos Conselhos Municipais de Educação de suas localidades.

O Caderno contém propostas de atividades associadas a algumas das temáticas tratadas pelos cinco módulos de conteúdo e a metodologia que caracterizam este curso. Ele apresenta, ainda, os materiais de apoio para o desempenho das atividades sugeridas, assim como uma sugestão de carga horária, conforme mostra o quadro abaixo:

OFICINA	MÓDULO CORRESPONDENTE	CARGA HORÁRIA SUGERIDA
Oficina 1	Módulo 1	8h
Oficina 2	Módulo 2	6h
Oficina 3	Módulo 3	6h
Oficina 4	Módulo 5	8h

Para a oficina 4 não estão previstas atividades específicas, uma vez que ela consiste em um momento final de integração, durante o qual os cursistas deverão expor os seus Projetos Integradores.

OFICINA 1:
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Esta oficina corresponde ao Módulo 1, de caráter introdutório, que explora os princípios teórico-metodológicos que definem a educação a distância. Temos como objetivo geral promover uma apropriação consciente dos recursos tecnológicos do curso por meio da vivência de situações de aprendizagem na modalidade a distância. Além disso, visamos ainda que o cursista:

- compreenda e domine a utilização de recursos de comunicação no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso;
- conheça a Rede de Interação de Conselheiros e aprenda a utilizar seus recursos de informação, de comunicação e de interação;
- analise as novas possibilidades de educação por meio da comunicação mediada pelas tecnologias de informação e comunicação.

A oficina organiza-se em duas etapas:

- O Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso
- A Rede de Conselheiros Municipais de Educação

O quadro abaixo explicita a carga horária prevista para cada etapa:

TEMAS	CARGA HORÁRIA
Parte 1: O Ambiente Virtual de Aprendizagem do Curso	4h
Parte 2: A Rede de Conselheiros Municipais de Educação	4h
CARGA HORÁRIA TOTAL	8h

Guia de Consulta PRASEM III, Anexo I.

Indicadores de Qualidade na educação. Ação Educativa, Unicef / PNUD, 2004.

INEP. Dados do INEP: Indicadores.

Quadro 3.2.3

ATIVIDADE		MDE		FONTE
		SIM	NÃO	
01	Reforma do prédio da escola			
02	Aquisição de mobiliário para as salas de aula da pré-escola			
03	Aquisição de ventiladores de teto para as salas de aula do ensino fundamental			
04	Aquisição de mobiliário e acervo para a biblioteca			
05	Melhoria da quadra de esportes localizada na Praça Central de Lagoa da Pedra			
06	Aquisição de equipamentos para o ambulatório odontológico para atendimento dos alunos da escola			
07	Realização de curso de capacitação para o pessoal de apoio da escola (porteiros, merendeiras, serviços gerais)			
08	Realização de curso de capacitação para os professores de matemática da escola			
09	Aquisição de gêneros alimentícios para a merenda dos alunos da pré-escola			
10	Construção e equipamento de sala para funcionamento do conselho escolar			

Material de apoio

PRÓ-CONSELHO. *Guia de Consulta*, 2005.

PRÓ-CONSELHO. *Texto e palestra sobre Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação*, 2006.

PRADIME. “Tema 5: Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação”. In: *Caderno de Textos – Volume 2*, 2006

PRADIME. “Oficinas Pedagógicas 4 e 5”. In: *Caderno de Oficinas – Volume 2*, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. “Funções próprias de um Conselho de Educação”. In: *Textos / palestras do Painel do Terceiro Dia*. CNE, CEED, UNCME.

1.1 O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do Curso

Duração

4 horas

Objetivos

- Promover a formação de uma comunidade de aprendizagem, com espaço para a exposição pessoal.
- Acompanhar a primeira conexão dos alunos ao Ambiente e resolver rapidamente os possíveis problemas de acesso e / ou dificuldades iniciais de uso da ferramenta.

Desenvolvimento

1. Atividades de abertura. Apresentação pessoal do professor tutor. Apresentação da equipe de apoio local. Estrutura e organização do curso.
2. Apresentação pessoal dos conselheiros: nome, conselho, município, atividades de trabalho e lazer.
3. Intervalo. Estímulo ao bate-papo no cafezinho.
4. No laboratório de informática, familiarização com o Ambiente da Formação para Conselheiros Municipais. Preenchimento do Perfil (com foto) no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA). O professor tutor deve estar atento aos conselheiros com dificuldade de uso do equipamento, assim como problemas de acesso ao AVEA. Os conselheiros mais experientes podem e devem auxiliar os colegas na realização da atividade. Caso o conselheiro não tenha uma foto para postar no perfil, o professor tutor deve ajudá-lo, tirando uma foto e auxiliando a colocá-la no AVEA.

5. Exploração do Ambiente Virtual, com a ajuda do professor tutor. Apresentação do Curso de Formação no AVEA: esclarecimentos sobre o acesso aos conteúdos, as atividades dos módulos, a postagem de arquivos; exemplificação e experimentação dos recursos de comunicação disponíveis.

Infra-estrutura e material de apoio

Laboratório de Informática com acesso à internet.

Leitura complementar

Material impresso: *Módulo 1 – Educação e Tecnologia*

Guias do curso.

PALLOFF, R. M.; PRATT, K. *Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Caso 4 – Recursos Materiais para as escolas

O Conselho Escolar da E. M. E. F. Lagoa da Pedra, situada na zona rural do município de Várzea Bonita, realizou um Fórum de Educação, envolvendo toda a comunidade escolar e a comunidade do Distrito de Lagoa da Pedra.

O Fórum estabeleceu objetivos e metas a serem atingidos pela escola, em consonância com o PME.

Um dos documentos aprovados pelo Fórum foi uma relação de serviços, atividades, equipamentos e materiais a serem desenvolvidos ou adquiridos para a unidade escolar.

A Secretaria de Educação enviou este documento para o CME, solicitando sua avaliação e sugestão de encaminhamentos.

- Solicita-se, então, que o grupo realize a seguinte atividade relacionada à situação relatada:

Complete o Quadro 3.23, verificando se as despesas podem ser classificadas como de MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), e indique a Fonte de Recursos, tendo como base o Quadro 3.22.

Quadro 3.22 – Despesas por fonte de recurso para 2006

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
Recursos do Tesouro (não é MDE)	0	219.000
Recursos do Tesouro – MDE Geral	1	1.169.810
Recursos do Tesouro – MDE Educação Básica	2	755.715
Recursos do Fundeb – Geral	3	1.788.600
Recursos do Fundeb – Magistério	4	2.684.000
Cota-Parte do Salário – Educação	5	30.000
Recursos da União – FNDE	6	250.000
Convênio com o Estado – Transporte Escolar	7	15.000
TOTAL		6.912.125

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO							
	ORG	FUN	SUFUN	PROGR	P/A	NAT	FR	VALOR
Alimentação Escolar – Ensino Fundamental				0026				
Fornecimento de Merenda Escolar	0601	12	361	0026	2082			
Outras despesas correntes						3390	0	150.000
Outras despesas correntes						3390	6	18.000
Autonomia Financeira – Escolas Ensino Fundamental					0028			
Recursos para Gestão Escolar	0601	12	361	0028	2084			
Outras despesas correntes						3390	6	
Investimentos						4490	6	19.000
Previdência Social		12 09						
Previdência do Regime Estatutário			272					
Previdência Social a Inativos e Pensionistas				0027				
Pagamento de Inativos e Pensionistas	0601	12 09	272	0027	2083			
Pessoal e encargos sociais						3190	2	96.000
TOTAL DA UNIDADE								6.912.125

Códigos da dotação orçamentária:
ORG – Classificação institucional
FUN – Função (educação, saúde)
SUFUN – Subfunção (ensino fundamental, ensino superior)
PROGR – Programa (instrumento de organização das ações governamentais – ex: Brasil escolarizado)
P/A – Projeto/Atividade (programação orçamentária)
NAT – Natureza (capital ou correntes)
FR – Fonte de receita

1.2 Introdução à Rede de Conselheiros Municipais de Educação

Duração

4 horas

Objetivos

- Capacitar para o uso dos recursos da Rede de Conselheiros Municipais de Educação.
- Incentivar a comunicação mediada pela tecnologia.
- Promover a integração do grupo por meio da Rede de Conselheiros.

Desenvolvimento

1. No laboratório de informática, familiarização com as ferramentas de comunicação, interação e informação do Ambiente Virtual da Rede de Conselheiros Municipais. Fazer um passo a passo com os cursistas para que eles conheçam os recursos disponíveis na Rede de Conselheiros: Biblioteca / Webteca (acesso a dados, legislação, publicações), Sites de Conselhos, Canal de Comunicação (MEC, UNCME), Comunidades Virtuais, ferramentas de comunicação, ferramentas de busca, etc.

O professor tutor deve estimular os conselheiros a explorarem o Ambiente. Criação uma comunidade desta turma de formação. Experimentar as ferramentas de comunicação de fórum de discussão e bate-papo nesta comunidade.
2. Intervalo. Cafezinho.
3. Abertura do primeiro fórum de discussão para a interação grupo dentro da comunidade. Cada participante deve postar uma mensagem de apresentação, comentando sobre o seu conselho (se ele já está formado, como está estruturado, quantas pessoas

trabalham com ele), se têm à disposição um computador com acesso à internet, quais os principais desafios que enfrentados no conselho e quais os que ele, pessoalmente, enfrenta neste trabalho. É importante que o professor tutor saliente que a atividade não se encerra na oficina, mas continua durante a semana com a interação no fórum de discussão. Portanto, os alunos devem postar apresentações que promovam o diálogo com outros colegas, em busca de interesses comuns e afinidades. Explicitar que *interação* significa ler as apresentações dos colegas e dialogar com eles, em busca, justamente, destas afinidades e interesses comuns, ao responder aos colegas no fórum, por exemplo, relacionando seus interesses e desafios com os deles.

Infra-estrutura e material de apoio

Laboratório de Informática com acesso à internet.

Leitura complementar

Manual / Tutorial do AVEA.

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO							
	ORG	FUN	SUFUN	PROGR	P/A	NAT	FR	VALOR
Pessoal e encargos sociais						3190	2	280.000
Outras despesas correntes						3390	2	56.500
Outras despesas correntes						3390	5	30.000
Investimentos						4490	2	50.000
Manutenção do ensino fundamental (Fundef)	0601	12	361	0025	2078			
Pessoal e encargos sociais						3190	4	2.684.000
Outras despesas correntes						3390	3	598.600
Investimentos						4490	3	280.000
Transporte de Alunos do Ensino Fundamental	0601	12	361	0025	2079			
Outras despesas correntes						3390	2	5.025
Outras despesas correntes						3390	6	135.000
Outras despesas correntes						3390	7	15.000
Constr. e Reforma de Esc. de Ens. Fundam. (Fundef)	0601	12	361	0025	1055			
Investimentos						4490	3	900.000
Manutenção do Depto. Pedagógico (Ens. Fundam.)	0601	12	361	0025	2080			
Pessoal e encargos sociais						3190	2	55.000
Outras despesas correntes						3390	2	10.000
Equipamentos e material permanente						4490	2	1.500

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO							
	ORG	FUN	SUFUN	PROGR	P/A	NAT	FR	VALOR
Pessoal e encargos sociais						3190	1	165.000
Outras despesas correntes						4490	1	35.000
Investimentos								
Atenção às Crianças de 4 a 6 anos				0023				
Const. e reforma de estabelecimentos pré-escolares	0601	12	365	0023	1052			
Investimentos						4490	1	150.000
Manutenção da Educação Pré-escolar	0601	12	365	0023	2075			
Pessoal e encargos sociais						3190	1	425.000
Outras despesas correntes						3390	1	92.000
Investimentos						4490	1	51.810
Alimentação Escolar - Educação Infantil				0024				
Fornec. de merenda esc. p/ educ. infantil	0601	12	365	0024	2076			
Outras despesas						3390	0	69.000
Ensino Fundamental								
Ensino fundamental de qualidade				0025				
Const. e reforma de escolas de ens. fundamental	0601	12	361	0025	1053			
Investimentos						4490	2	201.690
Manutenção do Ensino Fundamental	0601	12	361	0025	2077			

OFICINA 2

Estas oficinas compõem uma parte importante do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação, correspondendo ao conjunto de atividades de caráter presencial. Nelas, buscamos oportunizar aos cursistas momentos de troca de experiências entre os conselheiros já atuantes e os futuros conselheiros, de modo que possam socializar suas experiências, sobretudo os avanços e desafios enfrentados em sua atuação no Conselho Municipal de Educação.

Estas oficinas correspondem ao Módulo 2 e tratam de dois grandes temas:

- O município na organização da educação nacional
- O papel e a atuação dos Conselhos Municipais de Educação

Ambos os temas relacionam-se diretamente com as temáticas abordadas no Módulo 2, sendo exemplificados, nestas oficinas, a partir de situações concretas e de exercícios práticos, a serem realizados ora individualmente, ora em grupos.

O quadro abaixo explicita a carga horária para cada tema:

TEMA	CARGA HORÁRIA
Oficina Introdutória	1h
Parte 1: O município na organização da educação nacional	1h
Parte 2: Papel e atuação dos Conselhos Municipais de Educação	4h
CARGA HORÁRIA TOTAL	6h

As oficinas aqui propostas foram adaptadas dos seguintes Cadernos:

- Caderno de Oficinas: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – MEC, 2004
- Caderno de Oficinas 3: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – MEC, 2004
- Caderno de Oficinas – PRADIME (Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação)

Oficina Introdutória

Duração

1 hora

Objetivo

Esta oficina consiste em um primeiro encontro com os participantes. Com ela, temos por objetivo integrar os cursistas por meio da socialização de algumas informações a respeito dos seus contextos de atuação, sejam eles conselheiros já atuantes ou futuros conselheiros.

Desenvolvimento

1. Boas-vindas e apresentação do mediador da oficina.
2. Integração por trios: dinâmica dos números. Distribuir aos participantes placas com números, sendo que três pessoas deverão receber o mesmo número. Cada participante deve, em seguida, circular pela sala, procurando os outros dois que tenham o mesmo número, juntando-se a eles para formar um trio.
3. Atividades em cada trio

Os participantes devem apresentar-se, a partir do seguinte roteiro:

a) dizer o nome e o tempo de experiência como conselheiro municipal. No caso de um futuro conselheiro, atuação profissional atual;

b) situar seu interesse neste curso de formação;

c) descrever brevemente o município em que vive ou atua (região, população, base da economia);

d) traçar um breve cenário da educação no município.

CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES			REFORMA DAS ESCOLAS		
PROGRAMA/AÇÃO	VALOR	CÓDIGO DA FONTE	PROGRAMA/AÇÃO	VALOR	CÓDIGO DA FONTE

Quadro 3.21 – Despesas fixadas para a Secretaria Municipal de Educação de Várzea Bonita para 2006

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA DOTAÇÃO							VALOR
	ORG	FUN	SUFUN	PROGR	P/A	NAT	FR	
Educação		12						
Administração geral			122					
Gestão administrativa educacional				0021				
Coordenação geral da secretaria	0601	12	122	0021	2071			
Pessoal e encargos sociais						3190	1	33.000
Outras despesas correntes						3390	1	3.000
Investimentos						4490	1	2.000
Educação Infantil								
Atenção às crianças de zero a três anos				0022				
Construção e reforma de creches	0601	12	365	0022	1051			
Investimentos						4490	1	150.000
Manutenção das Creches	0601	12	365	0022	2074			

b) Qual seria a ordem de prioridade destas ações, considerando-se o fato de que a implementação do Fundeb nos primeiros quatro anos será gradativa?

Caso 3 – Capacitação de professores

O Município de Várzea Bonita está implantando o Ensino Fundamental de nove anos, incorporando a este nível de ensino as crianças de 6 anos, antes

atendidas nas Pré-escolas – Educação Infantil.

Um grupo de diretores de escolas que implantaram o Ensino Fundamental de nove anos apresentou à Secretaria de Educação uma solicitação de capacitação de seus professores das séries

iniciais do EF e de pequenas reformas nas escolas, visando garantir a qualidade do ensino naquelas unidades.

A Secretaria de Educação solicitou ao CME que opinasse sobre a solicitação.

- Solicita-se ao grupo que:
 - relacione as informações/documentos necessários para subsidiar a tomada de posição do CME;
 - ao considerar o Quadro 3.21, “Despesas fixadas para a Secretaria Municipal de Educação na Lei Orçamentária Anual de Várzea Bonita para 2006”, identifique se estão previstos Programas e Ações (Projetos/Atividades) onde possam ser enquadradas as despesas relativas à Capacitação de Professores e à Reforma das Escolas, nominando-os e relacionando o valor dos recursos alocados e a fonte destes recursos.

Leitura, por trio, do texto “Você é um número”, de Clarice Lispector. Refletir sobre as seguintes questões:

- Que relações podemos estabelecer entre este texto e a dinâmica de integração?
- Que provocação este texto nos traz no papel de conselheiros municipais de educação?

4. Plenária geral com apresentação das sínteses dos trios.

Texto de apoio

Você é um número

Clarice Lispector

Se você não tomar cuidado vira um número até para si mesmo. Porque a partir do instante em que você nasce classificam-no com um número. O registro civil é um número. Seu título de eleitor é um número. Profissionalmente falando você também é. Para ser motorista, tem carteira com número, e chapa de carro. No imposto de Renda, o contribuinte é identificado com um número. Seu prédio, seu telefone, seu número de apartamento – tudo é número... Uma amiga minha contou que no Alto Sertão de Pernambuco uma mulher estava com o filho doente, desidratado, foi ao Posto de Saúde.

E recebeu a ficha número 10. Mas dentro do horário previsto pelo médico a criança não pôde ser atendida porque só atenderam até o número 9. A criança morreu por causa de um número. Nós somos culpados. Se há uma guerra, você é classificado por um número. Numa pulseira com placa metálica, se não me engano. Ou numa corrente de pescoço, metálica. Nós vamos lutar contra isso. Cada um é um, sem número. O si-mesmo é apenas o si-mesmo. E Deus não é número. Vamos ser gente, por favor. Nossa sociedade está nos deixando secos como um número seco, como um osso branco seco exposto ao sol. Meu número íntimo é 9. Só. 8 Só. 7. Só. Sem somá-los nem transformá-los em novecentos e oitenta e sete.

Estou me classificando com um número? Não, a intimidade não deixa. Vejam, tentei várias vezes na vida não ter número e não escapei. O que faz com que precisemos de muito carinho, de nome próprio, de genuinidade. Vamos amar que amor não tem número. Ou tem?

In: “A descoberta do Mundo”
(pp. 394-5).

2.1 O Município na Organização da Educação Nacional

Duração

1 hora

Objetivo

Oportunizar aos conselheiros municipais de educação a reflexão e o debate sobre a organização da educação brasileira de acordo com o ordenamento constitucional e legal, com destaque para o papel do município e com ênfase em três temas básicos:

- 1. repartição de responsabilidades entre os entes federados na oferta da educação escolar;
- 2. instituição do sistema municipal de ensino e outras alternativas de organização da educação municipal;
- 3. regime de colaboração entre União, Estados e Municípios.

Desenvolvimento

- 1. Apresentação dos temas: o moderador dá uma breve explicação sobre as três questões, esclarecendo o conteúdo geral das temáticas.
- 2. Levantamento do conhecimento prévio dos participantes a respeito das questões:
 - a) o moderador pedirá aos participantes que escrevam o que já sabem sobre o tema. Em seguida, alguns lerão suas respostas;
 - b) o moderador distribuirá os três temas entre os participantes, de modo que cada tema fique sob a responsabilidade de pelo menos um grupo. Cada grupo deve conter no máximo quatro integrantes;
 - c) os participantes devem reagrupar-se em subgrupos de acordo com o tema em comum;

- Solicita-se, então, que o grupo realize as seguintes atividades relacionadas à situação relatada:

- a) Preencher o Quadro 3.20, buscando colocar-se no papel de conselheiro de Capela de Bom Jesus.

Quadro 3.20 – Desafios a serem enfrentados pelo município de Capela de Bom Jesus para a erradicação do analfabetismo e a expansão do EJA: desafios e ações do conselho

DESAFIO	AÇÕES DO CONSELHO
1. Mapeamento da população analfabeta, por bairro ou distrito de residência, tendo em vista programar a oferta da EJA para esta população.	
2. Organização de políticas que facilitem parcerias para aproveitamento dos espaços ociosos.	
3. Associação a EJA à oferta de cursos básicos de formação profissional.	
4. Implantação, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem a jovens e adolescentes infratores, programas de EJA e de educação profissional.	
5. Articulação das políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos.	
6. Incentivo à criação de programas permanentes de EJA para o trabalhador nas empresas públicas e privadas.	
7. Manutenção de programas de formação de educadores de jovens e adultos para atuação de acordo com o perfil da clientela.	

ter mais subsídios para seu trabalho de diagnóstico / análise crítica da situação da educação infantil no município?

c) Que cuidados devem ser observados pelo CME na seleção das prioridades de ação que vier a indicar para a Secretaria de Educação de Guajará?

Caso 2 – Educação de Jovens e Adultos

No município de Capela de Bom Jesus, situado na região Nordeste, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais atingia 29% da população, segundo dados da PNAD, 1996.

Por outro lado, o Censo de 2000, realizado pelo IBGE, apontou esse município como um dos campeões em mortalidade infantil e em desnutrição em crianças pequenas. De cada 1000 crianças nascidas, 58 morriam antes

de completar 1 ano, e 12% das crianças com menos de 5 anos apresentavam graus diferentes de desnutrição.

Segundo a LDB, Art. 37, “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” e, de acordo com o § 2 desse mesmo artigo, “o poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”.

Em razão da aprovação do Fundeb, quando mais recursos serão destinados a essa modalidade de ensino e de posse desses dados, o presidente do CME convocou uma reunião extraordinária do conselho, para analisar que ações poderiam ser planejadas no sentido de buscar a erradicação do analfabetismo e a conseqüente expansão do atendimento de jovens e adultos no ensino fundamental. Essas ações deveriam ser integradas ao PME – Plano Municipal de Educação, cuja revisão estava sendo proposta pela Secretaria Municipal de Educação.

- d) juntos, os integrantes de cada grupo lerão o pequeno texto correspondente ao seu tema e, em seguida, preenchem os respectivos quadros;
- e) os grupos apresentam seus quadros aos colegas e discutem suas principais conclusões

Material de apoio

Textos dos Cadernos do Módulo 2.

Revisão de Legislação para secretários e conselheiros municipais de educação: O Regime de Colaboração no Ordenamento Jurídico da Educação Escolar Brasileira

Base Legal – Artigo 211 da Constituição Federal e Artigos 8º, 9º, 10º, 11º, 15º, 16º, 17º e 18º da LDB.

Temas e quadros para o desenvolvimento da oficina

Tema 1:
Divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios em relação à educação básica

Quais são as responsabilidades do município em relação à educação?

Como o Brasil é organizado de forma federativa, é preciso saber a que governo cabe a oferta de cada nível de ensino. A Constituição Federal define que é responsabilidade dos MUNICÍPIOS a oferta da EDUCAÇÃO INFANTIL, em creches e pré-escolas.

O ENSINO FUNDAMENTAL é competência comum, ou seja, responsabilidade compartilhada de ESTADOS e MUNICÍPIOS. Já o oferecimento do ENSINO MÉDIO é incumbência dos ESTADOS brasileiros. Estados e Municípios devem estabelecer formas de colaboração para assegurar o ensino fundamental obrigatório para todos. Para isso, devem acertar uma distribuição proporcional de responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros que cada governo tem para aplicar na educação.

Embora a União não tenha responsabilidade pelo provimento

direto de Educação Básica, ainda assim a Lei determina que esta tem a responsabilidade pela coordenação da política nacional de educação, exercendo as seguintes funções:

- redistributiva e supletiva: assistência financeira e cooperação técnica, como Fundeb e outros programas do FNDE ;
- normativa: leis, decretos, portarias federais e pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- organização de informações e avaliação educacional: Censo Escolar, Saeb, Enem e outros.

A partir do texto, preencha os quadros a seguir:

Quadro 2.1 – Responsabilidades pela oferta da educação

ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	ENTE FEDERADO
Educação Infantil – creche e pré-escola	
Ensino Fundamental	
Ensino Médio	

Quadro 2.2 – Funções da União: dê exemplos das diferentes atividades desempenhadas pela coordenação da política nacional de educação básica

Função redistributiva e supletiva
Assistência técnica e financeira
Função normativa
Informação e avaliação educacional

Quadro 3.19

ETAPAS DE ENSINO	GUAJARÁ DO OESTE	METAS PNE 2006	METAS PNE 2011	QUANTO FALTA?	
				2006	2011
0 a 3 anos (creche)	13%	30%	50%	17%	37%
4 e 5 anos (pré-escola)	62%	50%	80%	Metas ultrapassada	18%

- O conselheiro Jailson José, representante dos pais de alunos no Conselho Municipal de Educação, levou esse informativo para a reunião mensal do Conselho. Seus filhos Anderson (6), Aparecida (5) e José Francisco (3) estudam na rede municipal de Guajará e o pequeno Luis Paulo (2) fica na casa dos avós maternos enquanto Olga Regina, sua esposa, trabalha, uma vez que não há vaga na creche.
- Sabendo que há previsão da chegada de mais recursos para a Educação Infantil no município quando da aprovação e implementação do Fundeb, sr. Jailson trouxe as seguintes questões para os colegas conselheiros:

 - Quantas são e onde estão localizadas as turmas de Educação Infantil – creche e pré-escola – existentes no município?
- Qual o número médio de alunos por turma de Educação Infantil, em cada escola de Guajará do Oeste?
 - Qual a condição, em termos de infra-estrutura, dos estabelecimentos que prestam atendimento à Educação Infantil?

- Solicita-se, então, que o grupo responda às seguintes questões relacionadas à situação relatada:

- a) Que ações / atividades o CME deve empreender para encontrar respostas para essas perguntas?

- b) Quais informações / documentos devem ser solicitados à Secretaria Municipal de Educação de Guajará para que o CME possa

Os recursos públicos são oriundos dos tributos pagos direta ou indiretamente por todos os cidadãos. Por isso, são recursos públicos, cuja utilização segue regras claras, seja no que diz respeito à aplicação ou em relação aos mecanismos de fiscalização.

A Constituição estabelece que os entes federados devem elaborar instrumentos legais que orientem a aplicação dos recursos públicos, inclusive os educacionais. Estes instrumentos são:

- 1. **Plano Plurianual (PPA):** é o documento que expressa o planejamento, programa de trabalho e o detalhamento dos investimentos que serão realizados para um período de quatro anos, que abrange o segundo, o terceiro e o quarto ano do mandato do governante eleito e o primeiro ano do seguinte.
- 2. **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** define metas e prioridades para a administração pública a partir do Plano Plurianual, orienta a elaboração

da Lei Orçamentária, como por exemplo, alterações na legislação tributária, na política salarial e na contratação de novos servidores. A Constituição determina que a LDO seja elaborada todos os anos.

- 3. **Lei Orçamentária Anual (LOA):** elaborada pelo Poder Executivo, segundo as diretrizes aprovadas no LDO, estabelece a previsão de despesas e receitas para o exercício seguinte. Deve materializar em termos anuais as metas que constam do PPA.

- 5. Cada grupo deve escolher um dos quatro estudos de caso sugeridos a seguir para análise. No final do exercício, o grupo apresentará suas conclusões com base na questão de fechamento proposta para cada caso.

Caso 1 – Educação Infantil

De acordo com os artigos 29 e 30 da LDB, a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Ela será oferecida em creches, para crianças até 3 anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos de

idade. Sua oferta, de acordo com o artigo 11 da mesma LDB, é incumbência e responsabilidade do município.

Segundo o PNE – Plano Nacional de Educação 2001, p. 39,

“a educação das crianças de 0 a 6 anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo no mundo inteiro [...], seja em decorrência da necessidade da família [...], principalmente quando os pais trabalham

fora de casa, seja pelo desenvolvimento da criança. [Portanto], descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano”.

O quadro 3.19, publicado pelo Informativo Guajará Alerta – Ano 5, N 4 (p. 3) –, apresenta uma visão quantitativa das metas de atendimento propostas pelo PNE e o nível de acesso das crianças a essa etapa da educação básica no município de Guajará do Oeste.

Tema 2:
Sistema Municipal de Ensino e alternativas de organização da educação municipal

Quais as opções de organização para a educação municipal?

A Constituição Federal introduz duas novidades na organização da educação brasileira:

- a instituição dos SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO, ao lado dos já existentes
- sistemas da COLABORAÇÃO entre os sistemas de ensino.

A LDB prevê duas outras alternativas para organização da educação no município:

- a integração do município ao sistema estadual de ensino;
- constituição de sistema único de educação básica com o estado.

Ao tomar a iniciativa de organizar o sistema municipal de ensino, o município torna-se responsável por baixar normas complementares às nacionais e autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino do seu sistema.

Segundo a LDB, fazem parte do sistema municipal de ensino as instituições municipais de educação básica, as instituições privadas de educação infantil e os órgãos municipais de educação. Entre estes, incluem-se o órgão administrativo – normalmente a secretaria de educação, e o normativo – em geral o conselho municipal de educação.

Se o município ainda não organizou o sistema próprio e a rede municipal integra o sistema estadual, as escolas do município ficam sujeitas às normas estaduais, dependem de autorização para funcionamento e ficam sob a supervisão e avaliação do órgão estadual competente.

Já a alternativa de sistema único de educação básica não foi ainda

devidamente discutida. Parece indicar a organização de uma única rede de escolas públicas, administrada em conjunto pelo estado e pelo município.

Qual a melhor opção: integração ao sistema estadual ou sistema próprio? Quem pode decidir?

Cabe somente ao município a decisão sobre a forma de organização da educação municipal. Com o sistema próprio, o município ganha autonomia na gestão da educação. São vantagens do sistema municipal de ensino as adequações das decisões às necessidades e características do município, além de rapidez em processos como os de autorização e credenciamento de estabelecimentos integrantes de seu sistema, que deixam de depender do conselho estadual de educação.

Desta maneira o município se capacita e fortalece as ações do regime de colaboração com as instâncias federais e estaduais de gestão educacional.

A partir do texto, preencha o quadro abaixo:

Quadro 2.3 - Organização da educação municipal

Qual a forma desejável de organização da educação municipal?

Que outras formas são possíveis?

Tema 3:

Regime de colaboração entre União, Estados e Municípios

O que é regime de colaboração entre União, Estados e Municípios?

A Constituição Federal prevê o “regime de colaboração” entre os sistemas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para evitar omissões ou sobreposição de ações e assegurar mais qualidade à educação escolar e

melhor utilização dos recursos públicos destinados ao ensino.

São inúmeras as possibilidades de parceria e colaboração entre as diversas instâncias administrativas. Esta colaboração é obrigatória no que diz respeito a:

- **DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES**, como na distribuição proporcional das matrículas do ensino fundamental e na execução dos programas da merenda e transporte escolar, entre outros;
- **ESTABELECIMENTO DE NORMAS**, como na elaboração das

normas gerais da educação nacional pela União, com participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

- **PLANEJAMENTO EDUCACIONAL**, como na elaboração do Plano Nacional de Educação e no recenseamento da população para o ensino fundamental.

Este regime de colaboração pode ser implementado entre a União, Estados e Municípios, entre o Estado e seus Municípios, e ainda entre Municípios. Colaboração deve significar repartição de responsabilidades e de recursos e

3. Este exercício dá destaque à questão do controle social dos recursos educacionais. Leia o texto que segue e analise a restrição contida na lei, considerando em que aspectos ela pode contribuir para a valorização e o fortalecimento do conselho.

A Medida Provisória 339, aprovada em 2006, que regulamentou o Fundeb, estabeleceu inúmeras modificações nos mecanismos de fiscalização e controle existentes anteriormente. A principal mudança foi o oferecimento de duas alternativas aos municípios:

1. Criação de Conselhos de Acompanhamento e Controle do Fundeb; ou
2. Integração do Conselho do Fundo ao Conselho Municipal de Educação, instituindo câmara específica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.

Além disso, a Medida Provisória impôs restrições ao clientelismo e ao nepotismo. Assim, caso o Congresso mantenha a redação atual, serão impedidos de integrar os conselhos:

- I. cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Presidente e do Vice-presidente da República, dos Ministros de Estado, do governador e do vice-governador, do prefeito e do vice-prefeito, e dos secretários estaduais, distritais ou municipais;
- II. tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que preste serviços relacionados à administração ou controle

interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

- III. estudantes que não sejam emancipados;
- IV. pais de alunos que:
- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do respectivo Poder Executivo gestor dos recursos; ou
 - b) prestem serviços terceirizados, no âmbito dos Poderes Executivos em que atuam os respectivos conselhos.

4. Leia o texto a seguir, a respeito do orçamento municipal e gestão dos recursos. A partir da leitura:
- discuta sobre qual seria a participação do CME no processo de elaboração de cada um destes instrumentos;
 - identifique as relações que cada instrumento tem com o PME.

A Lei 9424/96 dizia que os entes federados envidariam esforços para que fosse alcançado um padrão mínimo de qualidade, agora, no seu parágrafo 1, esta intenção é reafirmada, de maneira genérica, ou seja, sem prazos para ser alcançada a qualidade e sem indicar os mecanismos para sua efetivação.

Os parágrafos 2 e 3 introduziram duas salvaguardas dentro do Fundo. Apesar de ser um fundo único para toda a educação básica, como bem estabelece o caput do Art. 60, estes parágrafos garantem que os valores por aluno do ensino fundamental, não sejam inferiores daqueles praticados, no último ano de vigência do Fundeb.

Os parágrafos 4 e 5 normatizam a implantação gradativa dos efeitos do Fundeb.

Esta transição acontecerá em três anos e se efetivará conforme o quadro 3,18.

Por último, a Emenda Constitucional nº 53 entrou em vigor no dia de sua promulgação, dia 19 de dezembro de 2006; no entanto, ficaram mantidos os efeitos da política de financiamento anterior até o início efetivo da vigência dos novos fundos, garantindo que não ocorresse descontinuidade do financiamento da educação nos estados e municípios.

Algumas questões ainda não foram resolvidas. Dentre elas, podemos destacar o financiamento dos gastos com transporte escolar e a alimentação das creches. Em relação ao transporte escolar, os recursos divididos a partir do salário-educação representam em média apenas 10% do montante que os municípios necessitam para manter este serviço funcionando. Em relação à alimentação das creches, não foi encontrada uma forma estável e universal de cobertura das despesas, sendo que muitas delas estavam a cargo da área da

assistência social. É importante salientar que os recursos do Fundeb se originam dos percentuais vinculados ao ensino, e a educação infantil é uma atividade mais ampla, que inclui despesas com alimentação, saúde, vestuário e outros cuidados que devem ser financiados por outras fontes.

Há um sentimento majoritário de que a criação do novo Fundo implicará em um maior comprometimento da União com a educação básica, e na possibilidade de superação da visão focalizadora que estava presente no Fundef, estabelecendo financiamento público via política de fundos para a totalidade das etapas e modalidades da educação básica. Espera-se que estas mudanças provoquem impactos positivos no acesso dos alunos à escola e nos investimentos em qualidade.

também decisões tomadas em conjunto. Claro que isso não se faz sem divergências e conflitos!

Reforçando essas idéias, o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei nº 10.172/01, ao definir diretrizes para financiamento e gestão (cap. V, 11.2), enfatiza: “Para que a gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da divisão de responsabilidades previstas na Carta Magna. A educação é um todo integrado, de sorte que o que ocorre num determinado nível repercute nos

demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Há competências concorrentes, como é o caso do ensino fundamental, provido por Estados e Municípios.”

Ainda que consolidadas as redes de acordo com a vontade política e capacidade de financiamento de cada ente, algumas ações devem envolver Estados e Municípios, como é o caso do transporte escolar. Mesmo na hipótese de competência bem definida, como a educação infantil, que é de responsabilidade dos municípios,

não pode ser negligenciada a função supletiva dos Estados (art. 30, VI, CF) e da União (art. 30, VI, CF e art. 211, § 1, CF).

Portanto, uma diretriz importante é o aprimoramento contínuo do regime de colaboração. Este deve dar-se, não só entre União, Estados e Municípios, mas também, sempre que possível, entre entes da mesma esfera federativa, mediante ações, fóruns e planejamento interestaduais, regionais e intermunicipais.

A partir do texto, preencha o quadro a seguir:

Quadro 2.4 - Regime de colaboração entre União, Estados e Municípios

Divisão de encargos

Planejamento educacional

Elaboração de normais educacionais

Quadro 3.18

	2007	2008	2009	2010
IMPOSTOS PRESENTES NO FUNDEF	16,66%	18,33%	20%	20%
IMPOSTOS NOVOS	6,66%	13,33%	20%	20%
COMPETÊNCIA DA UNIÃO	2 bilhões	3 bilhões	4,5 bilhões	10%
INSERÇÃO DE MATRÍCULAS	Ensino fundamental + 1/3 das demais etapas	Ensino fundamental + 2/3 das demais etapas	Toda Educação Básica	Toda Educação Básica

2.2 Papel e Atuação dos Conselhos Municipais de Educação

Carga Horária

4 horas

Objetivo

Mobilizar conselheiros para que, com base no conhecimento da legislação e das normas gerais da educação, das tendências e desafios da educação básica no país, o Conselho Municipal de Educação – CME reconheça sua função social e venha a desenvolver o papel de articulador das demandas sociais em educação no município, participando da definição e exercendo o acompanhamento e controle social das políticas públicas para a educação.

Desenvolvimento

A oficina compõe-se de três etapas:

ETAPA	DURAÇÃO
1. Apresentação do tema, objetivos e metodologia. Levantamento da situação do grupo em relação à composição e atuação do CME.	30min
2. Identificando e entendendo o contexto de atuação do CME. Os diversos atores presentes na realidade educacional do município. Condições de funcionamento do CME. A estante do CME. Compartilhamento.	1h
3. O CME em ação: o desempenho das atribuições do conselho. Possibilidades de atuação do CME. Desafios enfrentados pelo CME. O CME e a regulamentação da educação infantil. O CME se posiciona sobre questões complexas e polêmicas. Síntese: as principais funções do CME. Compartilhamento	2h 30min
CARGA HORÁRIA TOTAL	4h

PARÂMETRO	FUNDEF	FUNDEB
9. UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamentalO restante dos recursos para outras despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público	<ul style="list-style-type: none">Mínimo de 60% para remuneração dos Profissionais do magistério da educação básicaO restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública
10. VALOR MÍNIMO NACIONAL POR ALUNO/ANO [DETALHAMENTO A SER DEFINIDO NA REGULAMENTAÇÃO DA PEC]	<p>Fixado anualmente com as seguintes diferenciações:</p> <ul style="list-style-type: none">Até 2004:<ul style="list-style-type: none">1ª a 4ª série5ª a 8ª série e Educação EspecialA partir de 2005:<ul style="list-style-type: none">Séries Iniciais UrbanasSéries Iniciais RuraisQuatro Séries Finais UrbanasQuatro Séries Finais Rurais e Educação Especial	<p>Fixado anualmente com diferenciações previstas para:</p> <ul style="list-style-type: none">Educação Infantil (0 a 3 anos)Educação Infantil (Pré-Escola)Séries Iniciais UrbanasSéries Iniciais RuraisQuatro Séries Finais UrbanasQuatro Séries Finais RuraisEnsino Médio UrbanoEnsino Médio RuralEnsino Médio ProfissionalizanteEducação de Jovens e AdultosEducação de Jovens e Adultos integrada à educação profissionalEducação EspecialEducação Indígena e de quilombolas
11. SALÁRIO EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">Vinculado ao Ensino FundamentalParte da Quota Federal é utilizada no custeio da Complementação da União ao Fundef, sendo permitida até o limite 20% do valor da Complementação	<ul style="list-style-type: none">Vinculado à Educação BásicaNão pode ser utilizado para fins de custeio da Complementação da União ao Fundeb

2. Este exercício focaliza o processo de regulamentação do Fundeb. Leia o texto a seguir, extraído do Caderno de Referência – Pró-Conselho (2006, pp. 56-57) e analise, em relação ao seu município, as questões pendentes mencionadas no texto a respeito da implementação gradativa do Fundeb. Procure dar exemplos.

PARÂMETRO	FUNDEF	FUNDEB
6. COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO	<p>R\$ 313,7 milhões (valor previsto para 2006 – Port/MF nº 40, de 03.03.2006)</p> <p>– Não há definição, na Constituição, de parâmetro que assegure o montante de recursos da União para o Fundo</p>	<p>Considerando estimativas em valores de 2006:</p> <ul style="list-style-type: none">• R\$ 2,00 bilhões no primeiro ano• R\$ 3,00 bilhões no segundo ano• R\$ 4,50 bilhões no terceiro ano• 10% do montante resultante da contribuição dos Estados e Municípios, a partir do quarto ano <p>– Valores reajustáveis com base no índice oficial da inflação</p> <p>– Esses valores oneram os 18% da receita de impostos da União vinculada à educação por força do art. 212 da CF, em até 30% do valor da Complementação</p> <p>– Não poderão ser utilizados recursos do Salário Educação (A contribuição do Salário Educação será estendida à toda educação básica pública)</p> <p>– Até 10% poderá ser distribuída para os Fundos por meio de programas direcionados para melhoria da qualidade da educação</p>
7. TOTAL GERAL DE RECURSOS DO FUNDO	<p>R\$ 35,5 bilhões previstos para 2006</p>	<p>Previsões (em valores de 2006):</p> <ul style="list-style-type: none">• R\$ 43,1 bilhões no primeiro ano• R\$ 48,9 bilhões no segundo ano• R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano
8. DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS	<p>Com base no número de alunos do ensino fundamental regular e especial, de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior</p>	<p>Com base no número de alunos da Educação Básica (Creche, Pré-Escolar, Fundamental e Médio), de acordo com dados do Censo Escolar do ano anterior; observada a seguinte escala de inclusão:</p> <ul style="list-style-type: none">• Alunos do ensino fundamental regular e especial: 100% a partir do 1º ano• Alunos da Educação Infantil, Ensino Médio e EJA: 33,33% no 1º ano; 66,66% no 2º e 100% a partir do 3º ano• Em cada esfera (estadual ou municipal) serão considerados os alunos da educação básica que a respectiva esfera tem prioridade de atendimento, de acordo com a Constituição Federal

Material de apoio

Cadernos dos Módulos 2 e 3.

Guia de Consulta (Pró-Conselho).

Guia de Consulta (PRASEM).

Etapas

Duração

30 minutos

“Os conselhos são canais efetivos de participação da sociedade civil, são formas inovadoras de gestão pública que permitem o exercício de uma cidadania ativa, incorporando as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas que possam solucioná-los. A gestão participativa das políticas públicas é uma forma de aprofundar o processo de democratização, articulando esforços entre Estado e sociedade na gestão dos problemas de uma comunidade.”

(Casa dos Direitos Maria do Carmo A. A. Carvalho. Boletim Dicas 167 – Instituto Polis, <www.polis.org.br>).

- Apresentação do tema, objetivos e metodologia da oficina.
- Levantamento da situação do grupo em relação à composição e atuação do CME ou à escolha dos participantes do encontro.

Para exercerem um papel tão importante, os conselhos precisam construir e fortalecer sua representatividade e legitimidade.

Individual:

1. Leitura do excerto transcrito anteriormente. Buscando refletir sobre a realidade dos conselhos presentes, preencha o formulário a seguir, sobre a composição e formas de escolha de conselheiros.

• Questões para os conselheiros:

a) Quais os órgãos / setores representados no Conselho Municipal de Educação de sua cidade?

- ☐ Secretaria de Educação
- ☐ Outras secretarias / órgãos municipais
Quais? _____
- ☐ Câmara de Vereadores
- ☐ Professores
- ☐ Pais de alunos
- ☐ Alunos
- ☐ Instituições privadas de ensino
- ☐ Instituições públicas de ensino
- ☐ Outros
Especifique: _____

b) Como foi o processo de indicação e escolha do seu nome para o CME?

• Questão para os não-conselheiros:

Como foi o processo de indicação e escolha do seu nome para participar deste evento?

Quadro 3.17 - Fundef x Fundeb

PARÂMETRO	FUNDEF	FUNDEB
1. VIGÊNCIA	10 anos (até 2006)	14 anos (a partir da promulgação da Emenda Constitucional)
2. ALCANCE	Apenas o ensino fundamental	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio
3. NÚMERO DE ALUNOS	30,2 milhões de alunos (Censo Escolar de 2005)	48,1 milhões de alunos, a partir do 4º ano de vigência do Fundo (Censo 2005)
4. FONTES DE RECURSOS QUE COMPÕEM O FUNDO	15% de contribuição de Estados, DF e Municípios: <ul style="list-style-type: none">Fundo de Participação dos estados (FPE)Fundo de Participação dos Municípios (FPM)Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPlexp)Desoneração de Exportações [LC 87/96]	Contribuição de Estados, DF e Municípios de: <ul style="list-style-type: none">16,66% no 1º ano18, 33%20% a partir do 3º ano, sobre:<ul style="list-style-type: none">Fundo de Participação dos Estados (FPE)Fundo de Participação dos Municípios (FPM)Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPlexp)Desoneração de Exportações [LC 87/96] Contribuição de Estados, DF e Municípios de: <ul style="list-style-type: none">6,66 no 1º ano13,33% no 2º ano20%, a partir do 3º ano, sobre:<ul style="list-style-type: none">Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD)Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores (IPVA)Quota Parte de 50% do Imposto Territ. Rural devida aos Municípios (ITR)
	Complementação da União	Complementação da União
5. MONTANTE DE RECURSOS	R\$ 35,2 bilhões (previsão 2006, sem complementação da União)	Considerando estimativas (em valores de 2006) e a escala de implantação gradual do Fundo, os montantes previstos de recursos (contribuição de Estados, DF e Municípios, sem Complementação da União), seriam: <ul style="list-style-type: none">R\$ 41,1 bilhões no primeiro anoR\$ 45,9 bilhões no segundo anoR\$ 50,7 bilhões no terceiro ano

3.2 O Financiamento da Educação no Município

Duração
2 horas 30 minutos

Objetivos

- Possibilitar aos conselheiros o conhecimento de alguns aspectos relacionados ao financiamento da educação (normas básicas e operacionalização), assim como ao processo de elaboração e execução do orçamento público.
- Identificar as relações entre o financiamento e o orçamento como aspectos importantes da atuação do CME no que concerne ao planejamento da educação e o desenvolvimento local.

Desenvolvimento

Esta oficina está centrada nas características do Fundeb, enfatizando sua implementação e suas relações com a atuação dos CME, e desenvolve-se por meio de quatro exercícios, conforme a descrição a seguir. Cada grupo deve realizar todos os exercícios e, no final de cada exercício, suas principais conclusões devem ser compartilhadas com os colegas.

1. Este exercício enfatiza as mudanças trazidas pelo Fundeb em relação ao Fundo anterior. O grupo deve:
 - a) analisar a tabela comparativa;
 - b) identificar três principais diferenças entre os dois Fundos;
 - c) discutir os possíveis impactos destas diferenças na educação no seu município;
 - d) apresentar suas conclusões aos colegas.

- Em grupos:
2. Ao completar o item 1, compartilhe os resultados com o grupo e reflita sobre as seguintes questões:
 - a) Em que medida a composição dos conselhos (setores representados e número de representantes por setor) afeta a legitimidade e representatividade dos conselhos?
 - b) Em que medida a forma de escolha dos conselheiros afeta a representatividade e a autonomia dos conselhos?

Etapa 2 - Identificando e entendendo o contexto de atuação do CME

Duração
1 hora

Passo 1 - Os diversos atores presentes na realidade educacional do município

O Conselho Municipal de Educação não está sozinho no enfrentamento dos desafios da realidade educacional do município.

- Em grupos:
1. Registrar nas colunas do quadro a seguir, considerando se os sujeitos ou instituições relacionam-se ou não com o CME.

2. Selecionar, entre os atores relacionados, os cinco mais importantes segundo a opinião do grupo e descrever, na tabela, em poucas palavras, a relação de cada um deles com o conselho (se de cooperação, colaboração ou conflito, se freqüente ou eventual, se nunca foi estabelecido qualquer tipo de relação, ou outras características consideradas relevantes pelo grupo).

SUJEITO OU INSTITUIÇÃO	RELACIONA-SE COM O CME		OBSERVAÇÕES SOBRE A RELAÇÃO COM O CONSELHO
	SIM	NÃO	
Prefeito			
Secretaria Municipal de Educação			
Outras Secretarias / Órgãos Municipais			
Câmara de Vereadores			
Conselho do Fundeb			
Conselho de Alimentação Escolar			
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente			
Conselho Tutelar			
Conselhos Escolares			
Outros Conselhos Municipais			
Conselho Estadual de Educação			
Conselho Nacional de Educação			
Ministério da Educação			
Rede ou Unidades de Ensino Privadas			
Unidades de Ensino Público Municipal			
Alunos da rede municipal			
Famílias de alunos da rede municipal			
Ministério Público			
Poder Judiciário			
UNCME - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação			

Glossário

Extraído do Guia de Consulta do PRASEM.

Taxa de atendimento escolar

Matrícula (Censo Escolar do MEC / INEP) em determinada faixa etária (4 a 6 anos, 7 a 14 anos, 15 a 17 anos) em todos os níveis de ensino, em relação à população naquela faixa etária (censo demográfico do IBGE).

Taxa de escolarização bruta

Totalidade da matrícula em determinado nível de ensino (Censo Escolar do MEC / INEP), independentemente da faixa etária dos alunos, em relação à população na faixa etária adequada àquele nível de ensino (censo demográfico do IBGE).

Taxa de escolarização líquida

Matrícula em determinada faixa etária (Censo Escolar do MEC / INEP) no nível de ensino correspondente (4 a 6 anos – pré-escola e classe de alfabetização; 7 a 14 anos – ensino fundamental; 15 a 17 anos – ensino médio) em relação à população naquela faixa etária (censo demográfico do IBGE).

Material de apoio

Base Legal: Lei 10.271/2001 – Lei do Plano Nacional de Educação – PNE.

Caderno de Referência: A Importância do Conselho Municipal de Educação na elaboração, Implantação e Acompanhamento da Execução do PME.

METAS DO PNE	REALIDADE NO MUNICÍPIO DE NOVO CATOLÉ	META PARA O PME	AÇÃO OU ATIVIDADE
Garantir aprendizagem de língua portuguesa e matemática compatível com nível de 4 série.	1. No Brasil, alunos da 4 Série com resultados muito críticos (22,2%) e críticos (36,7%) em Português. 2. Em Novo Catolé, alunos da 4 Série com resultados muito críticos (33,4%) e críticos (41,8%) em Português.		
EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Em 10 anos, generalizar o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive através de consórcios entre municípios.			
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Em 5 anos, alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos e, em 10 anos, erradicar o analfabetismo.			

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

Entidade Representativa de professores / trabalhadores em educação			
Entidade representativa de pais			
Entidade representativa de alunos			
Outros			

Passo 2 - Condições de funcionamento dos CME

Para atuar efetivamente, o conselho precisa de condições adequadas de existência e funcionamento.

- Em grupos:

Relacione, no quadro a seguir, as condições necessárias para o bom funcionamento do CME, numerando-as de acordo com a prioridade e identificando o órgão ou pessoa que pode ser responsável ou acionado para garantir tais condições.

Observação: Registre os vários tipos de necessidades do conselho (materiais, recursos humanos, apoio técnico etc). Considere a situação de um Conselho Municipal de Educação na sua região ou estado (não necessariamente a situação do conselho do qual você faz parte).

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO	ORDEM DE PRIORIDADE	RESPONSÁVEL

Passo 3 - A estante do CME

O trabalho do CME exige leituras, estudo e consulta à legislação educacional e a documentos e publicações.

1. Registre os materiais que não podem faltar na estante do conselho:

2. Compartilhe os resultados da reflexão de cada grupo, buscando identificar as articulações existentes e as que devem ser construídas, as condições de trabalho e as referências documentais necessárias para que a atuação do conselho seja mais eficiente.

Etapa 3 – O CME em ação: o desempenho das atribuições do Conselho

Duração

2 horas e 30 minutos

Passo 1 - Possibilidades de atuação do CME: mobilização, negociação, atos formais

Os Conselhos Municipais de Educação atuantes são uma instância procurada pela comunidade em geral e pelos setores diretamente envolvidos com a educação no município em busca de esclarecimentos, de encaminhamento de

denúncias, de solução de problemas existentes nas instituições vinculadas ao sistema municipal de ensino.

O CME de Novo Catolé tem recebido denúncias de situações

relativas à organização da educação, processo ensino-aprendizagem e gestão das escolas municipais, nas quais o direito à educação escolar com padrão de qualidade não está sendo assegurado.

Quadro 3.16 - Metas e Ações do Plano Municipal de Educação

METAS DO PNE	REALIDADE NO MUNICÍPIO DE NOVO CATOLÉ	META PARA O PME	AÇÃO OU ATIVIDADE
Educação Infantil			
Creche Em 5 anos, atender 30% e em 10 anos, 50% das crianças até 3 anos.	1. A taxa de atendimento de crianças de 0 a 3 anos no Brasil é de 4,2%; em Nova Catolé é de 28,2%.		
Pré-escola Em 5 anos atender 60% da população e, em 10 anos, 80% de 4 a 6 anos.	1. A taxa de atendimento de crianças de 4 a 6 anos no Brasil é de 51,2%; em Novo Catolé é de 28,2%		
Ensino Fundamental			
Em 5 anos, universalizar o atendimento a toda a clientela do ensino fundamental	1. A taxa de atendimento é de 93,6%, a do Brasil é de 96,4%. 2. Há 35 crianças de 7 anos e mais matriculadas na Ed. Infantil. 3. Há ainda 722 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos sem atendimento.		
Regularizar o fluxo escolar reduzindo em 50%, em 5 anos, as taxas de reprovação e abandono.	1. As taxas de reprovação e abandono são de 13,2% e 10,6% no Brasil e 15,2% e 21,7%.		

ENSINO FUNDAMENTAL		
Taxa de Escolarização Bruta	126,7%	
Taxa de Escolarização Líquida	94,3%	
Taxa de Atendimento	96,4%	

Fonte: Censo Escolar do INEP/MEC e Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé.
Ano base: 2000

O próximo quadro traz informações sobre as taxas de aprovação, reprovação e abandono para o conjunto das redes municipais do Brasil. Anote na coluna vazia as taxas correspondentes do município de Novo Catolé.

Quadro 3.15 - Taxas de aprovação, reprovação e abandono no Ensino Fundamental

INDICADORES	BRASIL – REDES MUNICIPAIS	MUNICÍPIO DE NOVO CATOLÉ
Taxa de aprovação	76,2%	
Taxa de reprovação	13,2%	
Taxa de abandono	10,6%	
Taxa de distorção série/idade	41,7%	70,0%

Fonte: Censo Escolar do INEP/MEC e Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé.
Ano base: 2000

2. Estabelecendo metas para o Plano Municipal de Educação de Novo Catolé:

Nas próximas páginas você encontrará quadros que apresentam metas do Plano Nacional de Educação – PNE para a educação infantil, para o ensino fundamental, para a educação de jovens e adultos e para a educação especial. Preencha os espaços vazios com as informações sobre a realidade do município em relação a estes níveis e modalidades de ensino, relatando as metas que você estabeleceria para o Plano Municipal de Educação e as ações que, no seu modo de ver, podem viabilizar a conquista destas metas.

- Identificação dos dispositivos e normas legais relacionados com as denúncias (já realizado pelos conselheiros de Novo Catolé)

Para desempenhar com segurança as suas atribuições em relação às denúncias recebidas, o primeiro passo do CME foi a identificação dos dispositivos legais e normas que poderão estar sendo desatendidas:

	DENÚNCIAS RECEBIDAS PELO CME	NORMAS RELACIONADAS
1	Falta de atendimento à demanda de educação infantil	CF, arts. 30, VI; 208, IV e 211, § 2 LDB, art. 4, VI, e art. 11, V ECA, arts. 54, IV e 208, III
2	Existência de professores leigos; carência de professores; faltas e atrasos de professores	CF, art. 206, VII LDB, arts. 3, IX e 4, IX; 62 e 87, § 4 Legislação municipal
3	Falta de merenda escolar, carteiras e cadeiras para todos os alunos nas escolas de ensino fundamental e da rede municipal	CF, art. 206, VII, art. 208, VII LDB, arts. 3, IX e 4, VIII e IX Normas do Sistema de Ensino
4	Inadequação do horário de reuniões com pais, impedindo sua participação	LDB, arts. 12, VI e VII; 13, VI ECA, art. 53, Parágrafo Único
5	Inadequação dos processos de avaliação do rendimento escolar dos alunos	LDB, art. 24, V, a ECA, art. 53, III
6	Inexistência de mecanismos de recuperação para alunos com baixo rendimento escolar	LDB, art. 24, V

- Em grupos:
 1. Leitura e análise do quadro anterior.
 2. Diante das solicitações encaminhadas pela comunidade, o CME pode atuar mobilizando, negociando ou realizando atos formais, de acordo com o problema ou questão em foco. Algumas das alternativas para o exercício destas funções – mobilização, negociação e atos formais – estão relacionadas no quadro seguinte, onde constam também os possíveis parceiros no encaminhamento da solução dos problemas apresentados.

O grupo deve ler e analisar o conteúdo deste quadro, preparando-se para tomar decisões referentes às denúncias.

NÍVEL DE ATUAÇÃO	ATUAÇÃO DO CME
Mobilização social	<ul style="list-style-type: none">• Discutir o problema com ... (quem ou qual segmento / instituição).• Mobilizar ... (quem ou qual segmento / instituição) para a discussão e acompanhamento das atividades escolares.• Indicar a ... (quem ou qual segmento / instituição) medidas para mobilização da comunidade escolar, oferecendo às escolas subsídios para solução do problema.• Coordenar no município discussões sobre o problema contido na denúncia recebida pelo CME.• Informar a ... (quem ou qual segmento / instituição) sobre a legislação e normas educacionais vigentes relativas ao problema contido na denúncia pelo CME.
Negociação	<ul style="list-style-type: none">• Discutir com ... (quem ou qual segmento / instituição) as dificuldades e possibilidades de solução do problema, chamando atenção para a meta do PNE.• Discutir a questão com o(s) responsável(eis), sugerindo encaminhamentos e prazos para soluções imediatas.• Solicitar ao(s) responsável(eis) solução imediata para a situação apresentada, por tratar-se de não-atendimento aos princípios de qualidade e equidade na oferta do ensino público.• Discutir com ... (quem ou qual segmento / instituição) os princípios da participação e da autonomia da escola e a importância da construção coletiva da proposta pedagógica.• Exigir do(s) responsável(eis) o atendimento imediato, ou com prazo determinado, ao problema por tratar-se de não-atendimento ao direito do aluno assegurado na Constituição e na LDB.
Ato do CME	<ul style="list-style-type: none">• Correspondência oficial encaminhando a denúncia recebida para pronunciamento sobre o fato.• Correspondência oficial encaminhado a denúncia recebida para as medidas cabíveis.• Proposição ou indicação, aprovada em plenário, contendo sugestões para solução do problema apresentado na denúncia.• Parecer aprovado em plenário como resultado de estudo e discussão sobre o tema envolvido na denúncia.

- Em grupos:

APROVADOS	1.442	1.473	1.323	1.018	834	795	752	585	8.222
TAXA DE APROVAÇÃO (%)	51	65	67	72	55	66	71	77	63,1
REPROVADOS	707	363	237	141	273	157	42	61	1.980
TAXA DE REPROVAÇÃO (%)	25	16	12	10	18	13	4	8	15,2
ABANDONARAM	678	431	415	255	410	253	265	112	2.819
TAXA DE ABANDONO (%)	24	19	21	18	27	21	25	15	21,7

Passo 6 – Ajustando metas do Plano Municipal de Educação ao Plano Nacional de Educação

1. Comparando os indicadores de Novo Catolé com os indicadores nacionais:

Os quadros a seguir trazem indicadores de atendimento e escolarização para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental no Brasil. Preencha as colunas vazias com as mesmas taxas relativas ao município de Novo Catolé.

Quadro 3.14 - Indicadores de atendimento e escolarização para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental

INDICADORES	BRASIL	MUNICÍPIO DE NOVO CATOLÉ
EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
Taxa de Escolarização Bruta	7,0	
Taxa de Escolarização Líquida	4,2	
Taxa de Atendimento	4,2	
EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA		
Taxa de Escolarização Bruta	43,7	
Taxa de Escolarização Líquida	37,9	
Taxa de Atendimento	51,2	

Passo 5 - Entendendo os indicadores de permanência e sucesso: taxas de aprovação, reprovação e abandono

Consideremos as informações dos Quadros 3.12 e 3.13, tendo em vista organizar as fórmulas e calcular as taxas de permanência e sucesso no ensino fundamental.

Quadro 3.12 – Movimento de Matrícula, Aprovação, Reprovação e Abandono (Município de Novo Catolé – 2000)

MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL		
13.003		
TRANSFERÊNCIAS		
ADMITIDOS		AFASTADOS
90		71
MATRÍCULA FINAL DO ENSINO FUNDAMENTAL		
13.022		
APROVADOS	REPROVADOS	ABANDONOS
8.223	1.980	2.819
Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
$T_{Ap} = \frac{Aprovados}{Matrícula\ Final} \times 100$	$T_{Rep} = \frac{Reprovados}{100} \times Matrícula\ Final$	$T_{Ab} = \frac{Abandonaram}{100} \times Matrícula\ Final$

Quadro 3.13 – Movimento de Matrícula, Aprovação, Reprovação e Abandono (Município de Novo Catolé – 2000)

SÉRIE	1	2	3	4	5	6	7	8	TOTAL
MATRÍCULA INICIAL	2.824	2.259	1.977	1.413	1.510	1.208	1.057	755	13.003
AFASTADOS POR TRANSFERÊNCIA (-)	19	11	15	10	5	8	2	1	71
ADMITIDOS POR TRANSFERÊNCIA (+)	22	18	13	11	12	4	4	6	90
MATRÍCULA FINAL	2.827	2.266	1.975	1.414	1.517	1.204	1.059	760	13.022

Possíveis responsáveis/ parceiros do CME:

- Secretaria Municipal de Educação
 - Prefeito
 - Câmara de Vereadores
 - Ministério Público
 - Tribunal de Contas
- Segmentos sociais representados no CME
 - Comunidade escolar
 - Entidades de pais, professores e alunos
 - Conselhos escolares
 - Sociedade local
 - Diretor da escola
- Outros conselhos sociais – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Tutelar / Conselho do Fundeb / Conselho de Alimentação Escolar, etc.
 - Associações de bairros
 - Entidades filantrópicas
 - Entidades comunitárias

1. De acordo com a distribuição das denúncias realizada pelo mediador da oficina e considerando as alternativas de atuação apresentadas no quadro anterior, preencha o quadro seguinte, indicando:
- a) uma iniciativa do CME na função de mobilização social, escolhida entre as alternativas apresentadas, ou outra a critério do grupo;
 - b) uma ação de negociação do CME, escolhida entre as alternativas relacionadas, ou outra a critério do grupo;
 - c) um ato formal do CME, selecionado entre as alternativas apresentadas, ou outro a critério do grupo;
 - d) um ou mais segmentos sociais, autoridades, órgãos públicos, instituições ou entidades da sociedade civil organizada, entre os relacionados, ou outro(s) a critério do grupo, a serem envolvidos nas situações de mobilização social, negociação e encaminhamento de ato formal do conselho.

NÍVEL DE ATUAÇÃO	ATUAÇÃO DO CME	RESPONSÁVEIS/PARCEIROS
Mobilização social		
Negociação		
Atos do CME		

2. Compartilhar os resultados do trabalho com os outros grupos, buscando analisar as alternativas escolhidas, tendo como objetivo tornar a atuação do conselho cada vez mais eficiente.

Passo 2 - Desafios enfrentados pelos CME

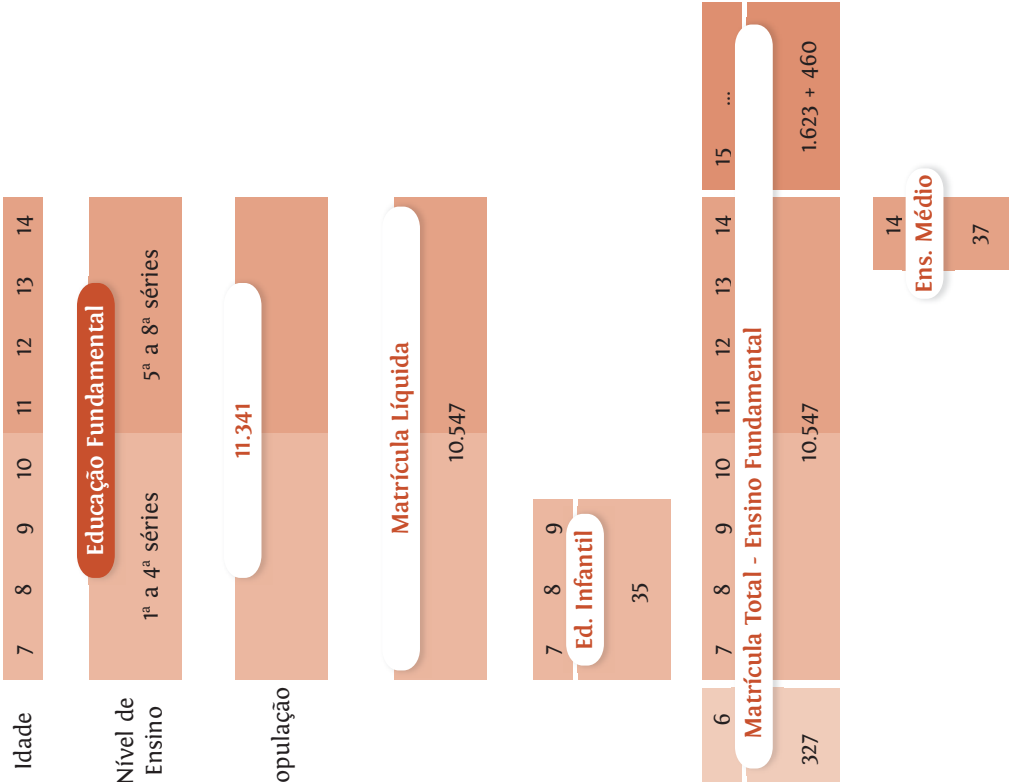
O CME enfrenta diversos desafios no desempenho de suas atribuições e responsabilidades.

• Em grupos:

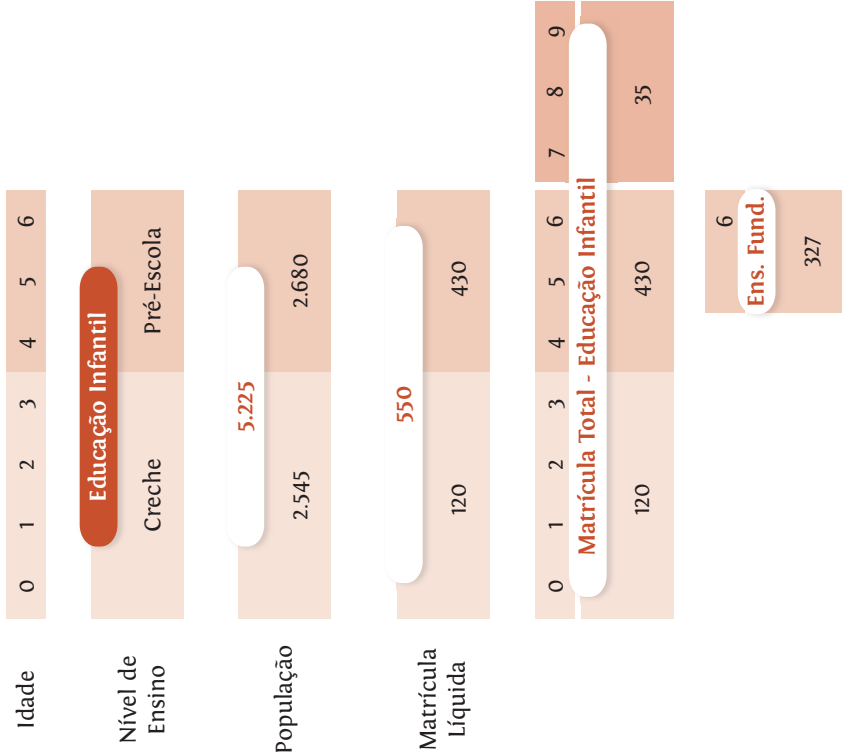
1. Relacionar no quadro a seguir, em relação a cada um dos temas, as situações desafiadoras / problemáticas para o CME e o que pode ser feito para enfrentar / superar esses desafios / dificuldades.

TEMA	TIPO DE DESAFIO/ DIFICULDADE ENFRENTADO	COMO ENFRENTAR/ SUPERAR A DIFICULDADE
Regulamentação da educação infantil		
Estabelecimento de normas pedagógicas		

Quadro 3.10 - Idade, população, taxas de escolarização líquida e bruta da educação infantil e taxa de atendimento de 0 a 6 anos (Município de Novo Catolé - 2000)



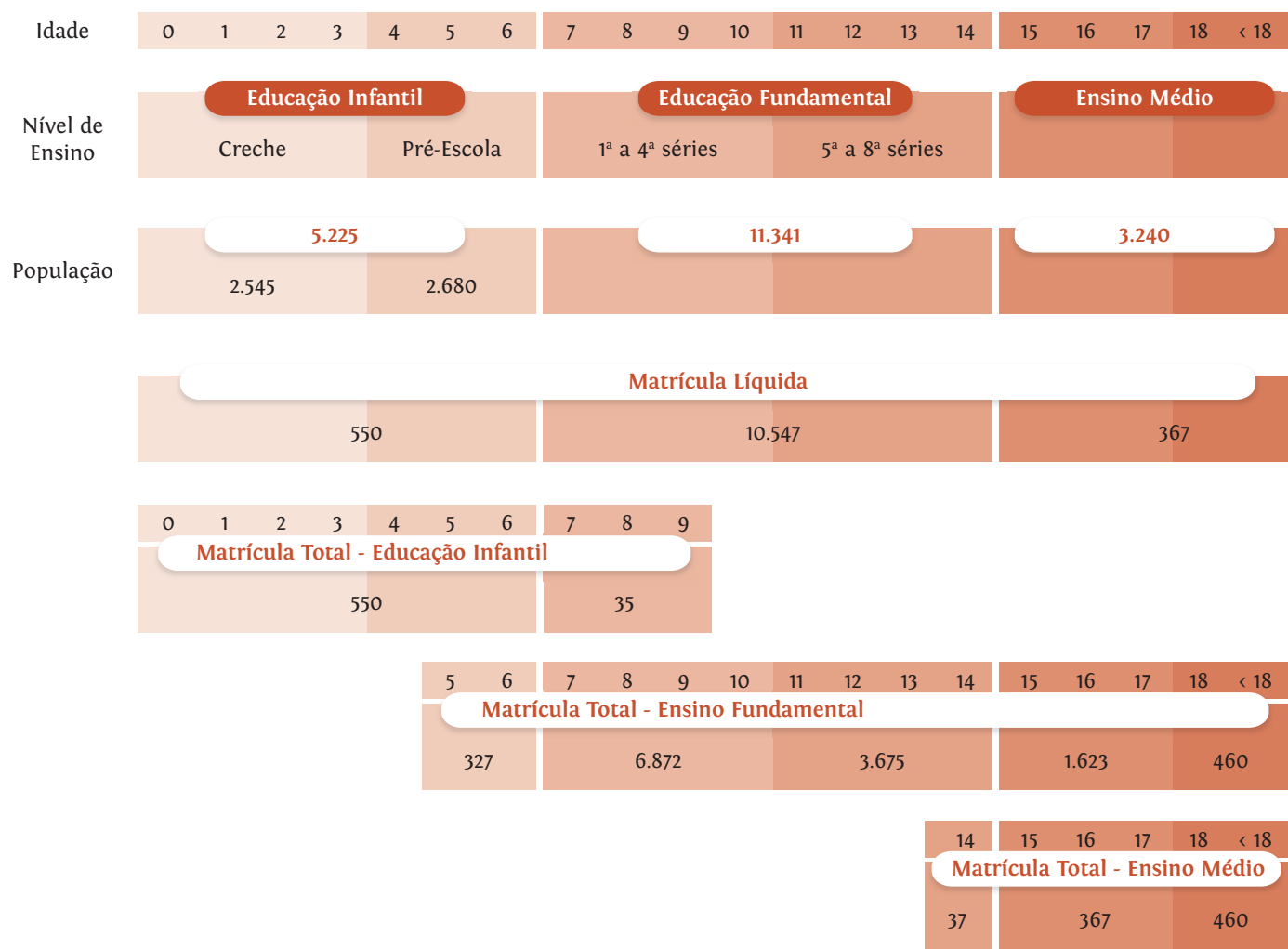
Quadro 3.11 - Idade, população, taxas de escolarização líquida e bruta do ensino fundamental e taxa de atendimento de 7 a 14 anos (Município de Novo Catolé - 2000)



Passo 4 - Entendendo os indicadores de acesso:
taxas de escolarização bruta, escolarização líquida e
atendimento

Leiamos as informações dos quadros 3.9, 3.10 e 3.11, para então
organizarmos as fórmulas e calcularmos as taxas de acesso a educa-
ção infantil e ensino fundamental.

Quadro 3.9 - Idade, níveis de ensino, população e matrículas total e
líquida por nível de ensino (Município de Novo Catolé - 2000)



Participação e elaboração do PME		
Autorização de funcionamento de instituições de educação infantil		
Carreira / formação do magistério		

2. Compartilhar os resultados da reflexão com os outros grupos, buscando identificar os pontos comuns, os caminhos que podem ser percorridos pelos conselhos de maneira articulada e como acionar os responsáveis / parceiros, para que a atuação do conselho seja mais eficiente.

Passo 3 - Estudo de um exemplo: o CME e a
regulamentação da educação infantil

Os textos utilizados como base para essa atividade são atos da CEB/CNE, dos Conselhos Estaduais de Educação de MG e RG, e dos Conselhos Municipais de Educação de BH e PA.

Do Aurélio: “Regular” é sujeitar a regras; encaminhar conforme a lei; esclarecer e facilitar por meio de disposições (execução da lei); regulamentar (...).

Nos dias atuais a educação infantil, agora fazendo parte da organização da educação nacional, é a etapa do ensino que mais sofreu mudanças na legislação, apelando para a necessidade de regulamentações.

Por volta da promulgação da Constituição Federal de 1988, a ação normativa dos municípios era praticamente inexistente, visto que os conselhos municipais de educação existentes não eram normativos. Alguns atuavam por delegação de competência outorgada pelos conselhos estaduais de educação.

Em decorrência dos dispositivos constitucionais, da LDB e do ECA, fica claro que as creches e pré-escolas, públicas e privadas, existentes ou que venham a ser criadas, precisam estar conforme a lei e as normas dos respectivos sistemas de ensino.

A regulamentação da educação infantil, a ser desenvolvida pelos CME nos municípios que já estabeleceram seus sistemas municipais de ensino, deve ter como objetivos a autorização de funcionamento (que pressupõe a definição e a adoção de padrões mínimos) e o movimento pela melhoria processual da qualidade.

- Em grupos:
 1. Quais são os itens do atendimento passíveis e que necessitam de regulamentação?

No quadro a seguir estão relacionados os aspectos da educação infantil passíveis de regulamentação pelo CME. O grupo deve examinar cada um deles, registrando os desafios que o CME vai enfrentar para proceder a esta regulamentação e o que pode ser feito para superar tais desafios.

ASPECTO A SER REGULAMENTADO	DESAFIOS / DIFICULDADES	COMO SUPERAR ESTES DESAFIOS / DIFICULDADES
Formação dos educadores		
Espaços físicos		
Razão docente / criança		
Proposta pedagógica e regimento interno das instituições		
Gestão dos estabelecimentos		
Atribuições e competências do descumprimento de prazos e de padrões estabelecidos		
Oferta de educação especial		
Outras disposições, inclusive as transitórias		

Quadro 3.8 - Construção de competências e desenvolvimento de habilidades de leitura de textos de gêneros variados em cada um dos estágios para a 4ª série do ensino fundamental

MUITO CRÍTICO	Não desenvolveram habilidades de leitura mínimas condizentes com quatro anos de escolarização. Não foram alfabetizados adequadamente. Não conseguem responder os itens da prova.
CRÍTICO	Não são leitores competentes, lêem de forma ainda pouco condizente com a série, construíram o entendimento de frases simples. São leitores ainda no nível primário, decodificam apenas a superfície de narrativas simples e curtas, localizando informações explícitas, dentre outras habilidades.
INTERMEDIÁRIO	Começando a desenvolver as habilidades de leitura, mais próximas do nível exigido para a série. Inferem informações explícitas em textos mais longos; identificam a finalidade de um texto informativo; reconhecem o tema de um texto e a idéia principal e reconhecem os elementos que constroem uma narrativa, tais como o conflito gerador, os personagens e o desfecho do conflito; entre outras habilidades.
ADEQUADO	São leitores com nível de compreensão de textos adequados à série. São leitores com habilidades consolidadas. Estabelecem a relação de causa e consequência em textos narrativos mais longos; reconhecem o efeito de sentido decorrente do uso da pontuação; distinguem efeitos de humor mais sutis; identificam a finalidade de um texto com base em pistas textuais mais elaboradas, depreendem relação de causa e consequência implícitas no texto, além de outras habilidades.

Fonte: SAEB/INEP/MEC

Passo 3 - A aprendizagem dos alunos

Um outro aspecto que precisa ser levado em conta na avaliação da qualidade da educação é o dos resultados de aprendizagem dos alunos. Em relação a este aspecto, a realidade brasileira de Novo Catolé é bastante preocupante.

O Ministério da Educação realiza provas com os alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do Ensino Médio: são as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Os resultados do SAEB têm indicado que, em todas as séries avaliadas, os alunos brasileiros apresentam um nível de conhecimento em Matemática e Língua Portuguesa muito inferior ao esperado.

Os resultados mostram, ainda, que há grandes diferenças entre as escolas públicas e particulares, e entre as regiões mais ricas e mais pobres do país.

Nesse contexto, é particularmente relevante para os conselheiros municipais a informação relativa ao desempenho dos alunos de 4ª Série. A tabela seguinte expressa esta situação:

Quadro 3.7 – Percentual de alunos da 4ª série do ensino fundamental por estágio de construção de competências em Língua Portuguesa – Brasil – 2001 e 2003

ESTÁGIO	2001 (%)	2003 (%)
Muito crítico	22,2	18,7
Crítico	36,7	36,8
Intermediário	36,2	39,7
Adequado	4,9	4,8
TOTAL	100,00	100,0

Fonte: MEC/INEP/Saeb

A realidade de Novo Catolé é ainda mais grave. Neste município, 33,4% das crianças encontram-se no estágio “muito crítico” e outros 41,8% no estágio “crítico”.

2. Compartilhar os resultados da reflexão com os outros grupos, buscando identificar os pontos comuns, os caminhos que podem ser percorridos pelos conselhos de maneira articulada e os responsáveis / parceiros a serem acionados, para maior eficiência do conselho.

Passo 4 - O CME posiciona-se sobre questões complexas e polêmicas

O Conselho Municipal de Educação de Novo Catolé foi solicitado a pronunciar-se sobre assuntos relacionados à educação infantil e ao ensino fundamental no município. Para esta atividade, selecionamos três questões hoje polêmicas na interpretação da legislação educacional vigente e que têm sido objeto de normatização diferenciada pelos conselhos de educação:

1. nas instituições de educação infantil, a presença exclusiva de professores e/ou também de educadores assistentes no desempenho das funções de cuidar e educar as crianças;

2. em situações excepcionais, a possibilidade de o ano letivo ser concluído com o cumprimento apenas do mínimo de 800 horas anuais, ainda que

distribuídas em menos de 200 dias letivos;

3. no caso de infreqüência de aluno com bom aproveitamento escolar, sua não aprovação, repetindo a série, ou sua reclassificação no período letivo seguinte, ou ainda a sua participação em atividades complementares.

- Em grupos:
1. Dentre as três questões mencionadas, o grupo deve escolher uma para análise.

2. O CME de Novo Catolé propôs-se a buscar e analisar atos relativos à educação infantil e ao ensino fundamental da câmara de educação básica do Conselho Nacional de Educação – CEB / CNE – e de conselhos estaduais e municipais de educação, estes últimos de municípios que já instituíram seus respectivos sistemas de ensino. Entre os atos analisados, encontram-se pareceres e resoluções. Embora não exista um consenso na terminologia usada pelos conselhos de educação do país (por exemplo, em São Paulo utiliza-se o termo “deliberação” em vez de “resolução”), as denominações usadas pelo CNE são as seguintes:

- *resolução* – ato por meio do qual são instituídas novas normas educacionais. É apresentada na forma de artigos, parágrafos, incisos etc;
 - *parecer* – ato por meio do qual o conselho se pronuncia sobre matéria sujeita a sua apreciação, justificando nova norma (no caso de parecer que acompanha uma resolução), ou respondendo a consulta relativa à interpretação de norma pré-existente, ou ainda pronunciando-se sobre situações do cotidiano educacional. Compõe-se de três partes: a) exposição da matéria ou fato em exame, b) argumentação e fundamentação legal e c) posicionamento do conselho.
3. Imaginemos que cada grupo seja um CME: construa, com o seu grupo, um posicionamento sobre um determinado tema, a ser escolhido entre os apresentados no quadro a seguir.
- Para afirmar um posicionamento,
- leia e interprete os atos de conselhos de educação relativos à questão estudados pelo CME de Novo Catolé, buscando verificar seus pontos em comum e os divergentes, sua legalidade, entre outros aspectos;
 - registre a opinião do conselho, justificando-a e apontando dúvidas que devem ser esclarecidas.
4. Compartilhe os resultados da reflexão com os outros grupos, buscando identificar os pontos comuns, discutir as dúvidas e encaminhamentos sugeridos.

Quadro 3.5 - Evolução das Taxas de Abandono no Ensino Fundamental na Rede Municipal

SÉRIES	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1	21	23	21	23	24	24
2	18	20	20	19	20	19
3	21	21	23	20	21	21
4	18	18	16	18	18	18
5	27	27	27	27	28	27
6	20	21	21	20	22	21
7	20	20	22	24	24	25
8	16	16	17	16	16	15
TAXA TOTAL	20,2	21,2	20,7	21,2	21,7	21,7

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

Quadro 3.6 - Taxas de Distorção Série/Idade no Ensino Fundamental na Rede Municipal

SÉRIES	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1	63	64	62	64	63	64
2	73	72	74	73	72	73
3	71	70	72	71	71	70
4	72	71	72	71	72	72
5	78	77	79	78	79	78
6	72	73	72	73	72	72
7	68	67	68	69	71	73
8	69	70	68	69	68	67
TAXA TOTAL	69,9	69,4	69,7	69,9	69,7	70

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

Quadro 3.3 - Evolução das Taxas de Aprovação no Ensino Fundamental na Rede Municipal

SÉRIES	TAXA DE APROVAÇÃO (%)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1	49	48	49	49	50	51
2	60	59	60	60	63	65
3	64	65	64	66	67	67
4	69	70	71	71	71	72
5	52	53	54	54	54	55
6	65	64	65	65	65	66
7	69	70	69	69	70	71
8	75	76	74	75	76	77
TAXA TOTAL	59,4	59,4	59,8	59,9	60,0	63,1

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

Quadro 3.4 - Evolução das Taxas de Reprovação no Ensino Fundamental na Rede Municipal

SÉRIES	TAXA DE REPROVAÇÃO (%)					
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1	30	29	30	28	26	25
2	22	21	20	21	17	16
3	15	14	13	14	12	12
4	13	12	13	11	11	10
5	21	20	19	19	18	18
6	15	15	14	15	13	13
7	11	10	9	7	6	4
8	9	8	9	9	8	8
TAXA TOTAL	20,4	19,4	19,5	18,9	18,3	15,2

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

Questões e Pareceres para Análise

Questão 1 – Educação Infantil: papel do professor

1. Atos da CEB (Câmara de Educação Básica) do CNE (Conselho Nacional de Educação)

Resolução

Art. São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

VI – As propostas pedagógicas para a educação infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de curso de formação de professores, mesmo que da equipe de profissionais participem outros das áreas de ciências humanas, sociais e exatas, assim como familiares das crianças. Da direção das instituições de educação infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o curso de formação de professores.

Parecer

A definição da quantidade de crianças por adulto é muito importante, entendendo-se que no caso de bebês de 0 a 2 anos, a cada educador devem corresponder no máximo de 6 a 8 crianças. As turmas de crianças de 3 anos devem limitar-se a 15 por adulto, e as de 4 a 6 anos, a 20 crianças.

Parecer

Os professores das instituições de educação infantil, públicas ou privadas, deverão possuir, pelo menos, o diploma de curso normal de formação de professores de nível médio, conforme o art. 62 da LDB e Pareceres 10/97, 1/99 e 2/99 da CEB do CNE.

Todas as instituições de educação infantil, qualquer que seja sua caracterização, terão o prazo até 2007 para ter todos os seus professores com, pelo menos, o curso normal de nível médio. Dentro do mesmo prazo, será também exigida a escolaridade de ensino médio, admitindo-se como mínimo o ensino fundamental, para outros profissionais.

2. Resolução de CME – Conselho Municipal de Educação

Art. Para atuar na educação infantil o professor deve ter formação em curso de licenciatura, de graduação plena, admitida como formação mínima a oferecida em nível médio na modalidade normal.

Art. Será admitida também a atuação de educador assistente tendo como formação mínima o ensino fundamental, acrescido de capacitação específica para atendimento à criança nesta faixa etária, a ser regulamentado em norma própria.

Art. Da direção das instituições de educação infantil deve participar, necessariamente, um professor com no mínimo o ensino médio, modalidade normal.

Art. A organização dos grupos de crianças leva em consideração a proposta pedagógica e o espaço físico, permitindo-se a seguinte relação criança/adulto e criança/professor:

- a) de 0 a 2 anos, até 06 crianças por adulto e no máximo 18 crianças por professor;
- b) de 2 a 4 anos, até 10 crianças por adulto e no máximo 20 crianças por professor;
- c) de 4 a 6 anos, até 25 crianças por adulto e no máximo 25 crianças por professor.

§1 Cada grupo de crianças deve ter um professor responsável que nele atue diariamente durante um turno de, no mínimo, quatro horas.

§2 Quando a relação criança/adulto exceder aquela expressa nas alíneas a e b deste artigo, o professor deve ter suas ações compartilhadas com o educador assistente, respeitada a relação criança/adulto.

Além de analisar o atendimento escolar da população de 0 a 6 anos e a taxa de escolarização de 7 a 14 anos na rede regular de ensino, o CME entende que também deve conhecer a realidade do atendimento nas modalidades de educação especial e de jovens e adultos em Novo Catolé.

O atendimento à população que necessita de educação especial ainda é muito limitado no município. A secretaria de educação vem tentando incluir nas classes regulares do ensino fundamental alguns alunos que apresentam necessidades especiais, tendo encontrado muita resistência por parte dos professores, que não se sentem preparados para a realização de um trabalho desta ordem. A ausência de um setor, na secretaria de educação, voltado para a identificação e acompanhamento de alunos especiais e para a preparação de profissionais que possam prestar-lhes os serviços necessários, bem como a falta de articulação com outras secretarias do município que possam apoiar o trabalho junto a estes alunos, vêm dificultando ainda mais o atendimento na área de educação especial.

Quanto à educação de jovens e adultos, em 1998 o município apresentava uma população de 25.043 pessoas de 15 anos ou mais, dos quais 16% – ou seja, 4.007 indivíduos – eram analfabetos. O município passou a oferecer classes de alfabetização no turno da noite para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria. No ano de 2000, foram atendidos 665 alunos nestas classes.

Passo 2 - A realidade de Novo Catolé: o rendimento dos alunos no ensino fundamental regular

Consciente de que não só o acesso à escola é importante, mas também a qualidade do atendimento, o CME passou a analisar os dados, fornecidos pela secretaria municipal de educação, relativos às taxas de aprovação, reprovação e abandono e à taxa de distorção série/idade no ensino fundamental das escolas municipais de Novo Catolé.

Quadro 3.1 - Atendimento da População de 0 a 6 anos na Educação Infantil

DADOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	ANO			
	1997	1998	1999	2000
População de 0 a 3 anos do município	2490	2505	2540	2545
Crianças 0 a 3 anos freqüentando creches	100	110	115	120
PERCENTUAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS DE 0 A 3 ANOS	4,0%	4,4%	4,5%	4,7%
População de 4 a 6 anos do município	2510	2520	2565	2680
Crianças de 4 a 6 anos freqüentando a pré-escola	175	425	427	430
PERCENTUAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS DE 4 A 6 ANOS	7,0%	16,7%	16,7%	16,1%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

A respeito do atendimento a crianças de 0 a 6 anos, foi informado ainda que há 327 alunos de 6 anos matriculados no ensino fundamental, uma vez que o Art. 87§,4º da LDB faculta a matrícula de alunos de seis anos neste nível de ensino.

Quadro 3.2 - Taxa de escolarização líquida da população de 7 a 14 anos no ensino fundamental

DADOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ANO			
	1997	1998	1999	2000
População de 7 a 14 anos	10.784	10.832	10.867	11.341
Matrícula de 1ª a 4ª série do ensino fundamental	6.525	6.687	6.701	6.872
Matrícula de 5ª a 8ª série do ensino fundamental	3.097	3.194	3.288	3.675
TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO LÍQUIDA NO EF	89%	91%	92%	93%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Novo Catolé

O CME tem conhecimento de que, segundo o INEP / MEC, no Brasil, a taxa de atendimento das crianças de 4 a 6 anos em 1999 era de 51,2%, e a taxa de escolarização da população de 7 a 14 anos no ensino fundamental era, em 2000, de 97%.

- §3 Quando a permanência de um grupo de crianças na instituição for superior a quatro horas diárias, este fica sob o acompanhamento do educador assistente, respeitada a relação criança/adulto expressa nas alíneas deste artigo.
- §4 O professor planeja as atividades a serem desenvolvidas com as crianças em conjunto com o educador assistente.
- §5 Durante todo o tempo / espaço em que as crianças permanecem sob a responsabilidade da instituição não podem, em nenhum momento, ficar sem o acompanhamento de um adulto.

3. Resolução de CME – Conselho Municipal de Educação

Art. Os parâmetros para a organização de grupos decorrerão da especificidade da proposta pedagógica, das condições do espaço físico e das características do grupo de crianças, recomendada a seguinte relação professor/criança, tomando como referência as seguintes idades aproximadas:

Crianças de 0 a 12 meses – até 7 crianças por professor;

Crianças de 1 a 2 anos – até 12 crianças por professor;

Crianças de 2 a 3 anos – até 16 crianças por professor;

Crianças de 3 a 5 anos – até 20 crianças por professor;

Crianças de 5 e 6 anos – até 25 crianças por professor.

Parágrafo Único. Os padrões abaixo do mínimo estipulado no *caput* não serão impeditivos para o funcionamento de turmas.

Art. O docente, para atuar na educação infantil, deve ter habilitação em curso de nível superior, licenciatura de graduação plena, admitida como formação mínima a oferecida em nível médio, modalidade normal, conforme artigo 62 da Lei 9394/96.

Art. Da direção da instituição de educação infantil deverá participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, diploma de curso de formação de professores, nos termos do inciso VI do artigo 3 da Resolução CEB 01/99 do Conselho Nacional de Educação.

Parágrafo Único. A experiência docente, de no mínimo dois anos, é pré-requisito para exercício da direção referida no *caput*.

- Para reflexão:

Com qual das duas posições identificadas nos atos dos conselhos, relativos ao papel do professor na educação infantil, você concorda? Por quê?

Questão 2 - Ensino Fundamental: cumprimento das 200 horas letivas

1. Parecer CEB / CNE

A consulta encaminhada a este conselho refere-se à possibilidade de não serem observados os 200 dias letivos, desde que cumpridas as 800 horas letivas. Argumenta-se, para exemplificar, que uma escola cujo calendário estabelecesse 5 horas de trabalho escolar diário em 5 dias da semana, ao longo de 180 dias, totalizaria 900 horas anuais. A consulta invoca o artigo 24, inciso I, da LDB como justificativa.

Entende-se que a exigência desse dispositivo é biunívoca e, portanto, não coloca ênfase em apenas um dos parâmetros. A lei obriga a uma “carga horária mínima anual de 800 horas”, mas determina que elas sejam “distribuídas por um mínimo de 200 dias”. Não há como fugir deste entendimento: o legislador optou por aumentar a carga horária anual, no ensino regular, para um mínimo de 800 horas que serão totalizadas em um mínimo de 200 dias por ano. Sobre isto não há ambigüidade. Apenas projetos autorizados com base no artigo 81 da LDB (cursos experimentais) poderão ser objeto de tratamento diferenciado.

2. Parecer de CME – Conselho Municipal de Educação

A Secretaria Municipal de Educação encaminha a este Conselho solicitação de validação do ano letivo de turmas do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dom Pedro II, cujo ano letivo teve início em data posterior às demais turmas. Esse atraso pode ser jus-

Há muitos elementos que precisam ser levados em consideração no processo de elaboração e acompanhamento do PME. Vamos tratar, aqui, de dois dos aspectos mais importantes do planejamento, acompanhamento e avaliação dos serviços educacionais que devem ser prestados pelo poder público. Estes aspectos são a quantidade e a qualidade.

Quando falamos de quantidade, uma pergunta que podemos fazer, por exemplo, é: *Será que já existem vagas de Educação Infantil para todas as crianças do município?*

E quanto à qualidade? Podemos perguntar: Será que as crianças matriculadas no Ensino Fundamental estão realmente freqüentando as aulas? Quantas abandonam os estudos antes do fim do ano? Estão sendo alcançados os resultados esperados? Quantos alunos foram aprovados no fim do ano letivo? É grande o número de reprovados? As crianças realmente estão aprendendo os conteúdos ensinados?

Neste sentido, vamos conhecer agora alguns indicadores (taxas) que nos possibilitam saber se as necessidades de educação das crianças e adolescentes de nosso município estão sendo atendidas na quantidade certa e de uma maneira adequada. São indicadores de acesso, permanência e sucesso das crianças na escola.

Em seguida, vamos comparar as taxas do município de Novo Catolé com as taxas nacionais e metas do Plano Nacional de Educação, para então imaginarmos metas e ações para o plano municipal, que estejam em consonância com as metas atuais da sociedade brasileira.

- Entendendo indicadores de acesso, permanência e sucesso

Passo 1 - A realidade de Novo Catolé: a quantidade de vagas ofertadas

Em relação ao atendimento escolar no município de Novo Catolé, o conselho recebeu os quadros 3.1 e 3.2, seguidos de informações complementares. Analise com o seu grupo os dados apresentados e reflita sobre as questões propostas no texto acima.

3.1 O Papel do Conselho Municipal de Educação na Elaboração de Políticas Educacionais para o Município – o Plano Municipal de Educação (PME)

Duração

2 horas e 30 minutos

Objetivo

Oportunizar aos conselheiros municipais de educação o conhecimento dos indicadores mais utilizados para diagnosticar a quantidade e a qualidade da educação oferecida à população, de forma que os mesmos possam participar de forma mais efetiva da elaboração e / ou acompanhamento do Plano Municipal de Educação (PME):

1. *indicadores de acesso*: taxa de escolarização líquida, taxa de escolarização bruta e taxa de atendimento;
2. *indicadores de permanência e sucesso*: taxas de aprovação, reprovação e abandono;
3. metas do Plano Nacional de Educação e metas municipais.

Desenvolvimento

Um dos sentidos da existência dos conselhos municipais de educação e de sua participação junto aos governos municipais é justamente o de zelar para que as diversas necessidades educacionais da população sejam atendidas da melhor maneira possível, isto é, ser acessível a todos que precisam e oferecer um atendimento de boa qualidade.

Neste momento, uma grande oportunidade apresenta-se aos conselheiros municipais de educação, que é a de participar da elaboração e do acompanhamento do Plano Municipal de Educação (PME).

tificado pela superação da expectativa da demanda existente, uma vez que esta necessidade surgiu após a Campanha Nacional de Matrículas do MEC, que ocorreu em fevereiro. Para cumprir o mínimo de 800 horas letivas anuais, o processo de recuperação de carga horária destas turmas praticamente desenvolveu-se atendendo os alunos em turno inverso.

A Lei 9394/96, art. 24, inciso I, dispõe sobre o cumprimento da carga horária mínima de 800 horas, distribuídas ao longo de, no mínimo, 200 dias letivos no ensino fundamental e médio. Entretanto, da leitura da mesma Lei, art. 23, § 2º, conclui-se que não há possibilidade de haver exceção apenas quanto ao cumprimento da carga horária mínima.

Na busca de solução que não penalize os alunos e demais envolvidos no processo ensino-aprendizagem, e tendo em vista que a avaliação do rendimento escolar no ano letivo em análise demonstra que a solução encontrada não se traduziu em prejuízo à aprendizagem, este conselho pronuncia-se favorável à solicitação da mantenedora, validando os estudos realizados e autorizando a conclusão do ano letivo nestas turmas somente com o cômputo das 800 horas letivas, na medida em que a legislação municipal em vigência orienta que o cômputo da carga horária e dias letivos deve se dar por turma, bem como destaca a impossibilidade de se registrar dois dias letivos em uma única data.

3. Parecer de CME – Conselho Municipal de Educação

Tendo em vista a paralisação das atividades escolares decorrente do movimento reivindicatório dos profissionais da rede municipal de educação, o Conselho Municipal de Educação apresenta suas recomendações para que os calendários escolares sejam adequados às condições de funcionamento das instituições, resguardando-se os princípios da educação de qualidade.

É bem verdade que, após a aprovação da LDB, muitas dúvidas foram suscitadas em relação à possibilidade de se combinar o disposto em seu art. 24, I, com o art. 23, § 2º da mesma Lei. Em relação a

essa questão, a CEB do CNE emitiu os Pareceres 05/97 e 12/97 nos quais, de forma assertiva, removeu a possibilidade da interpretação da prevalência da carga horária sobre os dias letivos. Outro aspecto mencionado na legislação educacional refere-se à obrigatoriedade da ministração das horas-aula (arts. 12, III, e 13, V, da LDB).

Com base na legislação supracitada, o conselho recomenda que os calendários escolares a serem definidos para a reposição das atividades suspensas, decorrente da greve dos trabalhadores em educação, devem observar as seguintes orientações:

1. Carga mínima anual de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, para o ensino regular;
2. Aproveitamento de atividades pedagógicas integradas à proposta pedagógica da escola, com presença de alunos e acompanhamento de professores;
3. Extensão do ano letivo de 2001 para 2002.

- **Para reflexão:**

Da leitura combinada dos artigos 23, § 2º, e 24, I, da LDB, você acha que o ano letivo, cumpridas as 800 horas anuais, pode ou não pode ser concluído com menos de 200 dias letivos? Por quê?

Questão 3 – Ensino Fundamental: frequência mínima para aprovação do aluno

1. Parecer CEB / CNE

A verificação do rendimento escolar, tal como tratada na Lei 9.394/96, não inclui a frequência como parte desse procedimento. De acordo com a Lei 5.692/71, a verificação do rendimento escolar era um composto de dois aspectos a serem considerados concomitantemente: aproveitamento e assiduidade. Este entendimento é substituído pelo que separa verificação de rendimento e controle de frequência, por meio do qual se contabiliza a presença do alu-

- a) Qual a importância do financiamento da educação para o desenvolvimento da educação no seu município?
- b) O que o Conselho Municipal de Educação tem a ver com o financiamento da educação?
- c) Que papel tem o conselho na elaboração de políticas educacionais?
- d) O que você conhece sobre o Plano Municipal de Educação no seu município?

3. Preparação da apresentação em plenária

Para a apresentação em plenária, sugerem-se alguns passos:

- a) os conselheiros dividir-se-ão em grupos de quatro participantes;
- b) devem ser eleitos um coordenador e um relator em cada grupo;
- c) cada grupo escolherá duas das questões apresentadas na dinâmica. No processo de elaboração, o grupo deverá debater as questões escolhidas e chegar a um consenso sobre o assunto, formulando o conceito, por escrito, de forma clara e, se possível, em um cartaz;
- d) cada grupo elegerá um representante para apresentar e justificar o conceito formulado pelo grupo.

4. Compartilhamento em plenária

Cada grupo deverá apresentar para a plenária, numa folha de *flip-chart*, os conceitos que resultaram do trabalho de construção coletiva, focalizando os aspectos que considerarem mais relevantes.

5. Encerramento

O mediador da oficina fará uma síntese dos trabalhos dos grupos.

Oficina Introdutória

Duração

1 hora

Objetivo

Esta Oficina Introdutória consiste em um primeiro encontro dos cursistas, e busca promover uma oportunidade inicial de integração entre os conselheiros participantes e destes com o mediador.

Desenvolvimento

1. Roda de apresentação

Os participantes devem organizar-se em círculo para expressarem os seus sentimentos e expectativas, motivados pela frase:

Quem sou eu e o que vim buscar neste encontro?

2. Dinâmica

Esta dinâmica tem o objetivo de facilitar a aprendizagem e a compreensão de questões colocadas pelo mediador, de forma descontraída, possibilitando a afinação do trabalho em equipe, exercitando a criatividade e o entrosamento do grupo.

Os participantes locomovem-se livremente pela sala e, quando toca uma música ou um sino, procuram formar duplas. Uma das frases a seguir é anunciada a todos pelo mediador da oficina. A dupla discute sobre a questão durante alguns minutos. Ao voltar a música, os participantes locomovem-se novamente pela sala até ouvirem o sinal para formarem duplas, e assim sucessivamente, para cada frase.

As frases, que devem ser escritas gradativamente em um *flip-chart* ou no quadro, conforme o anúncio do mediador, podem ser as seguintes:

no nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar de pelo menos 75% do total da carga horária prevista. A insuficiência revelada na aprendizagem pode ser objeto de correção, pelos processos de recuperação a serem previstos no regimento escolar.

As faltas, não. Se o aluno não atingir o mínimo exigido de frequência, estará reprovado no período letivo correspondente.

2. Parecer de CME – Conselho Municipal de Educação

A LDB determina que a frequência exigida para aprovação na educação básica será de no mínimo 75% do total de horas letivas. Entretanto, este dispositivo deve ser analisado em conjunto com outros artigos da Lei, que permitem entender que o compromisso maior da escola deve ser com a aprendizagem. Por um lado, ao propor a reclassificação, a Lei não faz nenhuma referência à frequência mínima. Por outro lado, a mesma Lei admite a possibilidade de classificação em qualquer série ou etapa da educação básica “independente de escolaridade anterior mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato”. Da leitura combinada destes dois dispositivos, conclui-se que nada impede que a escola submeta um aluno que não obteve a frequência mínima de 75% a processo de reclassificação para continuar seus estudos no ano letivo seguinte.

3. Parecer de CME – Conselho Municipal de Educação

A exigência de 75% do total das horas letivas para aprovação sustenta-se no reconhecimento de que, sem regular participação nas atividades escolares, não se pode esperar aprendizagem. Portanto, a obrigatoriedade de frequência mínima deve ser interpretada em sua dimensão pedagógica. Não há razão para minimizar a importância da frequência escolar e, no caso do excesso de faltas, é preciso contar com mecanismo para que a infrequência – que levaria à não-aprovação do aluno – seja compensada mediante atividades complementares. É importante salientar que não se trata de “recuperação de faltas”, mas sim de criar uma outra situação em que possam

ocorrer aprendizagens que poderiam ter sido feitas caso o aluno tivesse comparecido a todas as aulas. As atividades complementares compensatórias de infrequência adquirem importância especial no caso de alunos com aproveitamento escolar mas sem os mínimos de frequência obrigatórios.

- Para reflexão:
1. Quando não atingir a frequência mínima de 75% do total de horas letivas, você acha que o aluno com bom aproveitamento escolar deve:
 - a) não ser aprovado no período letivo correspondente,
 - b) ser reclassificado no período letivo seguinte, ou
 - c) participar de atividades complementares compensatórias de infrequência?

Por quê?
 2. Selecione um tópico abaixo, e complete o quadro que segue:
 - Educação Infantil: papel do professor
 - Ensino Fundamental: cumprimento dos 200 dias letivos
 - Ensino Fundamental: frequência mínima para aprovação do aluno

Observações sobre atos de conselhos de educação relativos à questão

Opinião do conselho sobre a questão

OFICINA 3

Estas oficinas correspondem às temáticas desenvolvidas no Módulo 3, e têm caráter de aprofundamento. Elas tratam de três temas:

- O papel do Conselho Municipal de Educação na elaboração de políticas educacionais para o município – o Plano Municipal de Educação (PME)
- O financiamento da educação no município
- Analisando e interpretando dados de uma realidade educacional

As oficinas sugeridas nesta etapa visam oportunizar o estudo e o aprofundamento a respeito destes temas, trazendo dados, situações concretas e exercícios práticos.

O quadro a seguir explicita a carga horária prevista para cada tema:

TEMAS	CARGA HORÁRIA
Oficina Introdutória	1h
Parte 1 – O financiamento da educação no município	2h 30 min
Parte 2 – O papel do Conselho Municipal de Educação na elaboração de políticas educacionais para o município – o Plano Municipal de Educação (PME)	2h 30 min
Parte 3 – Analisando e interpretando dados da realidade educacional	1 hora
CARGA HORÁRIA TOTAL	7h

As oficinas aqui propostas foram adaptadas dos seguintes Cadernos:

- Caderno de Oficinas 3 – Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação – MEC, 2004
- Caderno de Oficinas – Pradime – MEC, 2008
- Caderno de Referência 3 – Pró Conselho – MEC, 2007

Função de acompanhamento de controle social e fiscalizadora

Pode-se dizer que estas funções têm origem comum, pois referem-se ao acompanhamento da execução das políticas públicas e à verificação do cumprimento da legislação. A principal diferença entre elas está na possibilidade da aplicação de sanções

às instituições ou pessoas físicas que descumprem a lei ou as normas. Como órgão normativo do sistema de ensino, no exercício da função fiscalizadora, o CME poderá aplicar sanções, previstas na lei, em caso de descumprimento, como, por exemplo: suspender matrículas novas em estabelecimento de ensino; determinar a cessação de cursos irregulares, etc.

No exercício da função de controle, constatadas irregularidades ou o descumprimento da legislação pelo poder público, o conselho poderá pronunciar-se, solicitando esclarecimento dos responsáveis, ou denunciando aos órgãos fiscalizadores, como a Câmara de Vereadores, o Tribunal de Contas ou o Ministério Público.

• **Questões:**

- 1. Qual a importância desta função para o município?
- 2. Que tipos de atividades de acompanhamento e de fiscalização podem ser desempenhadas pelos CME? Dê exemplos a partir de sua experiência.

Atividade de síntese: As principais funções do CME

Como vimos até agora, o CME desempenha diferentes funções, com o intuito de contribuir para o aprimoramento do projeto educativo de seu município. Esta última atividade da oficina procura sintetizar as principais funções a serem desempenhadas pelos conselhos.

Desenvolvimento

- 1. Cada grupo encarrega-se de uma das seis funções, caracterizadas a partir de pequenos textos extraídos e adaptados do Caderno 1 / Módulo 2 deste curso.
- 2. Os grupos devem fazer a leitura do texto correspondente à sua função e responder as respectivas perguntas.
- 3. Cada grupo apresenta suas respostas aos colegas, apresentando pelo menos um exemplo relativo a suas questões.

Textos para leitura e respectivas questões

Função consultiva

Esta função é comum a qualquer conselho. Trata-se de responder a consultas sobre questões que

lhe são submetidas pelas escolas, secretaria de educação, câmara de vereadores, Ministério Público, universidades, sindicatos e outras entidades representativas

de segmentos sociais, assim como por qualquer cidadão ou grupo de cidadão, de acordo com a lei.

• **Questões:**

- 1. Qual a importância da função consultiva para o município?
- 2. Que tipos de consultas podem ser objeto de análise dos CME? Dê exemplos a partir de sua experiência.

Função propositiva

Para o desempenho desta função, o conselho deve reagir a de-

terminado estímulo ou desafio e fazer uma proposta, emitindo opinião ou oferecendo sugestões. É no desempenho desta função

que o CME participa da discussão e da definição das políticas e do planejamento educacional.

• Questões:

1. Qual a importância desta função para o município?
2. Que tipos de propostas podem ser feitas pelos CME? Dê exemplos a partir de sua experiência.

Função mobilizadora

Pode-se dizer que esta é uma função nova para os conselhos de educação. Ela nasce na perspectiva da democracia participativa, em que os colegiados de educação, concebidos como conselhos sociais, têm função de estimular a participação da sociedade no acompanhamento

e controle da oferta dos serviços educacionais. Outra razão que diz da importância da função mobilizadora refere-se à intenção de tornar os conselhos espaços aglutinadores dos esforços e das ações do Estado, da família e da sociedade, no entendimento de que a educação só atingirá o patamar de qualidade desejado se compartilhada por todos.

No desempenho da função mobilizadora, pela participação nas discussões das políticas educacionais e acompanhamento da sua execução, o conselho teria oportunidade de, na prática e na relação com outros colegiados, preparar-se para, se for o caso, assumir o desempenho de funções de natureza técnico-pedagógica, como a normativa.

• Questões:

1. Quais os objetivos de mobilizar a comunidade para a formulação de políticas públicas?
2. Quem deve estar envolvido neste processo?
3. Que estratégias podem ser utilizadas para a mobilização tornar-se efetiva?

Função deliberativa

É desempenhada pelo CME em relação à matéria sobre a qual tem poder de decisão. Esta função é compartilhada com a

secretaria de educação, no âmbito da rede ou do sistema municipal de ensino, por meio de atribuições específicas, de acordo com a lei. Assim, a lei atribui a função deliberativa ao órgão

– secretaria ou conselho – que tem competência para decidir sobre determinada questão em determinada área.

• Questões:

1. Qual a importância desta função para o município?
2. Que tipos de deliberação podem ser propostas pelos CME? Dê exemplos a partir de sua experiência.

Função normativa

A função normativa é restrita aos conselhos quando órgãos normativos dos sistemas de ensino, pois, de acordo com a LDB (artigo 11, III), compete ao município baixar normas

complementares para o seu sistema de ensino. As normas complementares limitam-se à abrangência ou jurisdição do sistema. No caso do sistema municipal, abrangem as escolas públicas municipais de educação básica e privadas de educação infantil,

além dos órgãos municipais de educação como a secretaria e o conselho. No desempenho da função normativa, o CME irá elaborar normas complementares e interpretar a legislação e as normas educacionais.

• Questões:

1. Qual a importância da formulação de normas para a educação no município?
2. Quais os procedimentos dos CME para a elaboração de normas? Dê exemplos a partir de sua experiência.